

ATA DA 780ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2026

1) DATA E PRESENÇA

Dia trinta de março do ano dois mil e vinte e seis, em segunda convocação, às vinte horas, tendo assinado a lista de presença cento e setenta Conselheiras e Conselheiros.

2) MESA DIRETORA

Presidente: Guilherme Domingues de Castro Reis
Vice-Presidente: Ricardo Luiz Iasi Moura
Primeira Secretária: Alessandra Pinheiro Fachada Bonilha
Segunda Secretária: Ana Paula Melo Atanes
Terceira Secretária: Karim Christine Donatelli Di Tommaso Latorre

3) ABERTURA DOS TRABALHOS

Presidente – Declarou instalada a reunião e cumprimentou os presentes e os que estavam assistindo a transmissão pelo YouTube. Prosseguindo, registrou que o Conselho Deliberativo do Esporte Clube Pinheiros não autoriza a divulgação das imagens, nem a reprodução total ou parcial dos pronunciamentos feitos na tribuna ou da Mesa do Conselho, a não ser pelos meios oficiais, que são: a ata da respectiva reunião e a transmissão online para associados, protegidas por senha.

4) EXECUÇÃO DO HINO DO ESPORTE CLUBE PINHEIROS

Presidente - Determinou a execução do Hino do Esporte Clube Pinheiros.

É executado o Hino do Esporte Clube Pinheiros

5) EXPEDIENTE SOLENE

Posse de Suplentes

Presidente – Convidou para tomar posse os Associados Mauro Piacentini e Itamar Fernando Pereira Barbosa, Suplentes do Grupo B pela Chapa Unidos pelo E.C.P, período 2022/2028, mas nenhum deles compareceu.

Homenagem a Atletas do Voleibol

Presidente – Enalteceu a presença das atletas pinheirenses que alcançaram o título de Vice-Campeão na Superliga B 2025/26 de Voleibol, convidando para subir ao palco para homenageá-las o Presidente da Diretoria, Conselheiro André Perego Flore, o Diretor Adjunto de Voleibol de Sub-17, Sub-19 e Adulto, Sr. Fernando Mascarenhas, e o técnico Angelo Vercesi.

Pronunciamentos:

Presidente – ... eu queria aqui, na presença das nossas atletas, registrar esse momento tão especial para o Esporte Clube Pinheiros e transmitir o nosso carinho, nosso respeito e, mais uma vez, nossa gratidão. Contem sempre conosco, é um orgulho tê-las aqui. Muito obrigado. Parabéns mais uma vez pela conquista. Por favor, recebam os aplausos do nosso Conselho.

...

André Perego Fiore – Boa noite. Meninas, queria parabenizá-las. Não sei expressar em palavras isso, mas é uma enorme honra tê-las aqui conosco. Queria parabenizar cada uma de vocês pelo grande, enorme feito. Parabenizar ao Ângelo. Ângelo, obrigado pelo esforço que teve com essas meninas. Você tirou o máximo delas, tenho certeza disso e elas souberam fazer o trabalho de uma forma maravilhosa. Então, queria parabenizar cada uma de vocês. Parabenizar o Fernando também. Parabenizar o Montoro e todo Departamento Esportivo do Pinheiros pelo brilhante resultado e pelo trabalho lindo que fizeram. Continuem assim. E viva o Pinheiros! Viva o esporte do Pinheiros! Obrigado.

Angelo Vercesi – Bom, primeiramente queria agradecer muito a oportunidade de estar aqui com vocês, de estar sendo recebido aqui. Eu tenho uma história muito grande, anterior, 18 anos de Clube, fui formado aqui tendo a oportunidade de voltar. Então, em particular, muito obrigado em nosso nome, das meninas, da Comissão Técnica. Muito obrigado pela torcida. Vocês não sabem a diferença que foi a gente jogando. Terminamos invictos na nossa Casa e não foi à toa, porque a energia, a estrutura que o Clube passou para nós, para podermos chegar a esse momento de retornarmos à elite, o Vôlei, como você falou muito bem, Esporte Clube Pinheiros, o Vôlei faz parte. O Vôlei do Pinheiros é uma referência nacional. Muitas jogadoras que estão hoje em seleção brasileira e tudo mais foram fomentadas aqui na base do Esporte Clube Pinheiros, no Voleibol. O Voleibol, não só o esporte do Pinheiros, mas o Voleibol do Pinheiros é um centro de excelência no Brasil. Então, nós somos no top do esporte, no caso, o Voleibol. Então, isso é um apoio da Diretoria, de toda a atual gestão e outras gestões que passaram antes também, para ter essa tradição no Voleibol Feminino. Então, a gente agradece e me sinto muito honrados por estar aqui, pelo apoio de vocês. Muito obrigado.

Presidente – Ângelo, permita-me só fazer uma referência, claro que o Plenário a conhece, mas temos uma associada que compõe esse time, a nossa Cami e queria que você pudesse dirigir umas palavras ao nosso Plenário como associada, é uma querida atleta e associada e eu não poderia perder essa oportunidade.

Camila de Freitas Maluf – Bom, é uma honra estar aqui. Acho que é muito especial representar esse Clube. Quando percebi que queria voltar a jogar profissionalmente percebi que queria voltar aqui no Pinheiros, que foi onde toda a minha história com o Vôlei está relacionada. Então, falei ontem isso para as meninas, que foi muito especial tudo que a gente viveu, esse grupo, da forma que foi, do jeito que a gente construiu. Acho que um grupo 100% novo, uma situação muito nova e acho que o mais bonito foi ver a nossa evolução dia após dia e estar aqui hoje com esse grupo muito especial. Então, agradecer toda essa torcida do Clube. Acho que jogar em Casa, como o Ângelo falou, foi realmente o nosso diferencial, algo que a gente se sentiu em Casa, digo não só por mim, mas por todas nós. Acho que a nossa confiança aqui dentro era outra. Então, agradecer. Muito feliz de estar aqui representando as cores do Clube ao longo de toda a minha vida. Obrigada.

- As atletas foram ovacionadas pelo Plenário.

...

Presidente – Agradeceu a todos pela presença, dando por encerrada a solenidade.

6) EXPEDIENTE FORMAL

Comunicações da Mesa, da Diretoria e dos Conselheiros, bem como propostas de caráter cívico, votos de pesar e de júbilo.

Presidente - Submeteu ao Plenário e foi aprovado voto de louvor proposto pelo Conselheiro Carlos Augusto Kodama Westphal, à associada Kazue Kodama, em razão do lançamento do livro “Legado de amor e sabedoria”, de sua autoria, retratando a história da imigração japonesa no Brasil e o seu legado de cultura e tradição no interior paulista. Aprovado. Prosseguindo, a pedido da Diretoria de Área, informou que se encontra em curso processo formal de licitação para contratação de empresa para atuar no atual “Canal de Denúncias do Clube”, operado atualmente pela KPMG do Brasil desde 2019. Comunicou o recebimento de carta do Presidente da Diretoria, André Perego Fiore, solicitando para se pronunciar no Expediente, por intermédio do Diretor de Área de Esportes Associativos, Conselheiro Rodolfo José Sanchez Serine, desde logo concedendo-lhe a palavra pelo tempo regimental.

Diretor de Área de Esportes Associativos, Rodolfo José Sanchez Serine – Pronunciou-se dizendo o seguinte: “Faço um breve registro de prestação de contas em relação aos investimentos aprovados por este Conselho para o Departamento de Fitness. No processo CD-18/2025, referente aos equipamentos e acessórios, as licitações já foram concluídas e as compras formalizadas, consolidando uma economia efetiva de mais de R\$78 mil em relação ao valor máximo autorizado. Já no processo CD-17/2025, referente à obra de ampliação e reestruturação, o valor aprovado que era de R\$520 mil e o valor comprometido até o momento está em apenas R\$355, indicando uma economia potencial de mais de R\$ 165.000,00, ainda sujeito a alguns ajustes com a finalização das últimas contratações, mas somados nós já podemos projetar uma economia global próxima de R\$ 243.000,00 em relação aos valores autorizados por esse Plenário. Então, deixo aqui registrado um ponto que considero fundamental. O Conselho autoriza o limite máximo, mas a gestão se esforça e procura entregar o mesmo resultado gastando menos. É assim que se respeita o dinheiro do Clube, o dinheiro do associado e as decisões soberanas deste Conselho. Muito obrigado pela atenção. Desejo uma ótima reunião.”

Presidente – Apresentou ao Plenário, que acolheu os seguintes votos de louvor 1) de iniciativa do Conselheiro Roque Horta de Ferreira Mendes, à Atleta Jaqueline Lima, campeã feminina no Torneio Internacional de Badminton; 2) ao Atleta Fabrício, que conquistou medalha de prata na dupla mista de Badminton; e, 3) ao atleta Jairo Klug, tricampeão Sul-Americano de Remo Paralímpico na categoria PR3 Double Skiff. Em seguida, concedeu a palavra aos oradores inscritos.

Presidente - Submeteu ao Plenário e foi aprovado voto de louvor proposto pelo Conselheiro Carlos Augusto Kodama Westphal, à associada Kazue Kodama, em razão do lançamento do livro “Legado de amor e sabedoria”, de sua autoria, retratando a história da imigração japonesa no Brasil e o seu legado de cultura e tradição no

interior paulista. Aprovado. Prosseguindo, a pedido da Diretoria de Área, informou que se encontra em curso processo formal de licitação para contratação de empresa para atuar no atual “Canal de Denúncias do Clube”, operado atualmente pela KPMG do Brasil desde 2019. Comunicou o recebimento de carta do Presidente da Diretoria, André Perego Fiore, solicitando para se pronunciar no Expediente, por intermédio do Diretor de Área de Esportes Associativos, Conselheiro Rodolfo José Sanchez Serine, desde logo concedendo-lhe a palavra pelo tempo regimental.

Diretor de Área de Esportes Associativos, Rodolfo José Sanchez Serine – Pronunciou-se dizendo o seguinte: “Faço um breve registro de prestação de contas em relação aos investimentos aprovados por este Conselho para o Departamento de Fitness. No processo CD-18/2025, referente aos equipamentos e acessórios, as licitações já foram concluídas e as compras formalizadas, consolidando uma economia efetiva de mais de R\$78 mil em relação ao valor máximo autorizado. Já no processo CD-17/2025, referente à obra de ampliação e reestruturação, o valor aprovado que era de R\$520 mil e o valor comprometido até o momento está em apenas R\$355, indicando uma economia potencial de mais de R\$ 165.000,00, ainda sujeito a alguns ajustes com a finalização das últimas contratações, mas somados nós já podemos projetar uma economia global próxima de R\$ 243.000,00 em relação aos valores autorizados por esse Plenário. Então, deixo aqui registrado um ponto que considero fundamental. O Conselho autoriza o limite máximo, mas a gestão se esforça e procura entregar o mesmo resultado gastando menos. É assim que se respeita o dinheiro do Clube, o dinheiro do associado e as decisões soberanas deste Conselho. Muito obrigado pela atenção. Desejo uma ótima reunião.”

Presidente – Apresentou ao Plenário, que acolheu os seguintes votos de louvor 1) de iniciativa do Conselheiro Roque Horta de Ferreira Mendes, à Atleta Jaqueline Lima, campeã feminina no Torneio Internacional de Badminton; 2) ao Atleta Fabrício, que conquistou medalha de prata na dupla mista de Badminton; e, 3) ao atleta Jairo Klug, tricampeão Sul-Americano de Remo Paralímpico na categoria PR3 Double Skiff. Em seguida, concedeu a palavra aos oradores inscritos.

Pronunciamentos:

Maria Isabel Filardi – ... Eu quero fazer um voto de louvor ao Henrique Pessoa, ele é diretor, sócio, formado pela EAD-ECA e Pedagogia pela USP, graduado em Clown, também pela USP. Atuou em diversas peças de teatro, ganhando prêmios em diferentes festivais amadores, profissionais. Lecionou teatro por 16 anos no Ensino Médio do Gracinha, por dois anos em Diadema, com um projeto para crianças carentes e nove anos com os Seniores do Clube Pinheiros, seis anos ainda no PIP, Projeto de Inclusão Pinheirense. E deu aula de Clown aqui no Clube. Foi dirigido pelo nosso querido diretor Silnei Siqueira em sete espetáculos e por Ednaldo Freire em cinco espetáculos. Ganhou o Prêmio de Melhor Ator da ACESC com o Pagador de Promessas e Chão do Quaresma. Kursou ainda uma oficina técnica de “mainster” em Londres e o curso de Stanislav. O filme “Nasrudin, o Fabuloso”, foi exibido aqui no Clube Pinheiros mais de uma vez. Ele dirigiu, atuou, elaborou o texto e o roteiro. Hoje está na direção da Peça “Ceia dos Cardeais”, que tem a estreia confirmada para amanhã, dia 31, no restaurante O Ponto. Os atores são o Valter, Chico Beto, Chico Prianti, Gustavo e Arnaldo, sócios do Clube. E gostaria de convidar a todos para prestigiar essa peça por ele. Muito obrigada. (Proposta aprovada)

Ana Lucia Freitas Schmitt Corrêa – ... Vim aqui falar rapidamente sobre a questão da licitação mencionada pelo Dr. Guilherme. Em janeiro deste ano, a gente iniciou no setor de Compliance a licitação da linha ética. No começo de março, dia 3, a gente teve a ideia de pedir via Presidência ao Dr. Guilherme, para que todos os Conselheiros fossem informados que a gente estava fazendo essa licitação, não somente para tomar conhecimento da existência do ato, mas também para quem quisesse participar. Participar das propostas, das conversas etc. Recebi um ofício do Presidente no dia 23, dizendo que hoje ele iria fazer essa comunicação aos senhores. Só que hoje nossa licitação está basicamente acabada. As propostas foram apresentadas, a gente já fez o equacionamento das propostas. Já analisamos tudo. Já está basicamente fechado. De qualquer forma, todos os dados estão à disposição dos senhores, todas as propostas estão à disposição para quem quiser ver, para quem quiser analisar. Obviamente não vou circular a proposta de nenhuma empresa, porque não é possível que eu circule o que um terceiro apresentou para o Clube, mas qualquer dúvida, qualquer dado que os senhores queiram está à disposição dos senhores no Compliance. Essa licitação da linha ética foi feita, a gente teve que fazer rapidamente, porque o contrato já estava finalizando. Nós estamos no aditamento para dar tempo de fazer essa licitação e contratar a outra. A negociação foi toda feita pela Área de Suprimentos e vou dizer que foi muito bem-feita essa negociação. Nós não participamos da negociação, mas ela foi bem-feita. A gente recebeu as propostas. A gente avaliou toda a parte técnica. Numerou 0, 1 e 2 o que as empresas tinham apresentado: 0, quanto a gente queria, 1, tinha atingido uma parcialmente do critério técnico que a gente tinha solicitado e 2, para quem conseguiu atender totalmente os nossos critérios. As empresas foram basicamente iguais, uma ou outra com uma pequena diferença desses critérios técnicos. Vindo isso, a gente fazendo essa equalização, nós pedimos os valores, porque como a diferença entre elas era muito pequena, a gente gostaria de saber o que cada uma tinha apresentado. Com os valores em mãos, a equipe de Governança e Compliance conversou com a colaboradora Luciana, senão me engano, da Área de Suprimentos e ela fez o papel, fez todo o contato com essas empresas. Renegociou todos os valores e apresentou. A gente tinha quatro valores, quatro empresas. A gente contratou. Não contratamos a mais barata, que eram R\$500,00 mais cara que a segunda colocada e a segunda colocada tinha todos os critérios, era melhor pontuada, tinha todos os critérios técnicos que a gente queria. Então, o que vim aqui dizer? Vim aqui dizer que no Clube é possível que a gente não contrate o mais barato, desde que seja uma coisa fundamentada, desde que seja uma coisa melhor para o Clube, desde que seja uma coisa transparente. Então, eu vim falar isso aqui para os senhores. E vim falar aos senhores outra coisa, que é uma recomendação, uma boa prática de Governança, que todos os contratos, especialmente de prestação de serviço, sejam revistos no máximo a cada cinco anos. O que aconteceu com isso? – Um segundo, Presidente – O que aconteceu com esse contrato? Nós, agora, com esse contrato novo vamos economizar 50% do valor, vamos pagar basicamente metade do que a gente está pagando para a empresa atual. Não estou falando que o contrato anterior tinha sido superfaturado, feito de forma errada, que estava errado. Não. O contrato anterior foi firmado em 2019, naquela época o mercado era de uma forma, hoje o mercado é de outra. Naquela época eram menos empresas, a tecnologia era diferente. Hoje a tecnologia está mais dispersa, hoje a gente tem outras empresas concorrendo no mercado. Então, o que valia para 2019, hoje não vale. Então, esse é um motivo pelo qual a gente fala e recomenda que todos os contratos, existem outros no Clube, precisam ser licitados no máximo a cada cinco anos, porque a gente tem possibilidade de melhoria e tem possibilidade de baixar o valor. Então, a gente está à disposição para os senhores para qualquer esclarecimento, para qualquer dúvida, para mostrar a nossa equalização. São todos critérios técnicos para indicar o nosso valor, para indicar a

nossa escolha e dizer que realmente a contratação feita pela Área de Suprimentos, a negociação foi muito bem-feita e não entrou nada de patrocínio, que era uma coisa que eu já tinha até conversado com o Presidente Fiore. Como não tinha patrocínio no edital, a gente não teria patrocínio nenhum discutido nesse contrato e isso foi exatamente cumprido. Boa noite e obrigada, Presidente.

...

Marcelo Giordano Beyruth – ... Sr. Presidente, é uma coincidência isso, mas na verdade eu estou aqui hoje para fazer um voto de louvor exatamente para o pessoal do Compliance, pelo trabalho que eles vêm desenvolvendo. Esse é um deles, que ela veio aqui e provou o trabalho dela, isso é muito bom. Eu queria solicitar esse voto de louvor para a Ana Lucia Freitas, para a Paula Massini, para a Danaia Azenha, Camila Augusto, Alexander Santos, e o Diego e Eugênio que são do grupo do Compliance, que vêm fazendo um trabalho muito sério no Clube e merecem voto de louvor. Obrigado. E mais um voto de louvor, Sr. Presidente, que eu queria solicitar é para a Gabriela Bottoni, ela foi vice-campeã do Banana Bowl, 16 anos no Torneio São José do Rio Preto. Pelo vice-campeonato dela eu vim aqui solicitar um voto de louvor. Era isso. Muito obrigado e boa noite. (Votos aprovados)

Eduardo de Azevedo Marques Strang – ... O meu motivo de estar aqui hoje é para contar para as pessoas que talvez não tenham visto que aquela empresa de tênis On fechou uma parceria com o Clube, um patrocínio para a equipe de alto rendimento do atletismo e isso é muito bacana porque, além de toda uma qualidade do material que eles fornecem do Tênis, também estão desenvolvendo um novo produto específico para reabilitação de atletas, que permite que um atleta voltando com problema de algo que ele teve que não consegue voltar rapidamente para o treino, com esses equipamentos eles vão conseguir ter maior firmeza no pisar. Acho isso muito bacana. Então, eu gostaria de pedir um voto de louvor à Diretora de Marketing. (Voto aprovado).

5) ORDEM DO DIA

Item 1 - Apreciação da Ata da 779ª Reunião Ordinária, realizada no dia 23 de fevereiro de 2026.

Presidente - Não havendo manifestação, declarou a Ata aprovada, conforme apresentada.

Item 2 - Eleição para complementação de mandato do cargo de Membro da Comissão Permanente de Sindicância, em face de vacância.

Pronunciamentos:

Presidente – Como constou da convocação, este Colegiado deve eleger o substituto do saudoso, querido Associado Paulo Maurício de Carvalho Siqueira que nos deixou há pouco tempo, para complementar o mandato até maio de 2026. Há apenas um candidato inscrito, nosso estimado Conselheiro Antonio Carlos Del Negro. Submeto ao Plenário o nome do Conselheiro Antonio Carlos Del Negro, da Chapa Tucumã, para complementar o mandato no cargo de Membro da Comissão Permanente de Sindicância, a ser exercido até o mês de maio de 2026.

José Manssur (pela ordem) – Eu peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente, com o máximo respeito e acerto e o fundamento é o Art. 57, que permite ao Conselheiro propor, e faço com o maior respeito, o melhor método de direção dos trabalhos. Eu examinei, juntamente com as outras matérias da pauta e verifiquei, Sr. Presidente, que foi publicado o edital de abertura de inscrições de forma zelosa, como sempre, e inscreveu-se como único candidato o ilustre Conselheiro, cujo nome V.Sa. declinou. Fê-lo no dia 20 de março de 2026, às 19h. Destarte, Sr. Presidente, com todas as vênias, à luz de já vários precedentes da Casa, tenho para mim, com o mais absoluto respeito e, repito, que a votação poderá ser feita por aclamação, na medida em que há apenas um só candidato. A votação por aclamação, agradeço o apoio, é a escolha que se dá, mediante simples aprovação pelo Plenário do honrado nome declinado, porquanto não há disputa. A eliminar assim, Sr. Presidente, a rigidez do rito formal albergado nos artigos 16 a 19 do Regimento Interno do Conselho, permitindo-se que V.Sa. proclame o resultado, dê-lhe a posse, na forma do Art. 23, e assim nós evitaríamos o rigor desse formalismo que poderia demandar um tempo, embora justo, pela eleição, mas que pode, à luz dos precedentes havidos, ser dispensado, é o que respeitosamente submeto à V.Sa. E tenho também outra questão de ordem para outros dois itens e na hora que o senhor entender que possa fazê-lo eu farei também, se assim o senhor entender.

Presidente – O Conselheiro tem a palavra.

José Manssur – Seria, Sr. Presidente, os itens 5, 6 e 7 da Ordem do Dia. Veja V.Sa. que eles têm a mesma causa de pedir e praticamente o mesmo pedido, embora com suas especificidades próprias. Assim, Sr. Presidente, também para agilizar os trabalhos, os três itens poderiam ser objeto de uma só discussão dos três itens e na hora da deliberação, V.Sa., claro, colocaria separadamente. Examinei, sempre buscando agilizar, Sr. Presidente, e ainda se encontra em vigor o Art. 71 do nosso Regimento Interno, que estabelece também, e claramente, que para os votos, para as deliberações de atos disciplinares e de outorga de benesses, a votação é simbólica. E a votação simbólica de que fala o Regimento é aquela de manifestação física: Aqueles que estiverem de acordo, permaneceriam sentados; os que não estiverem, se levantariam. Poupariam o senhor e a zelosa e operosa Secretaria de redigir os quesitos. É o que respeitosamente proponho a V.Sa. Muito obrigado.

Presidente – Obrigado, Conselheiro Efetivo José Manssur. Acolho a questão pela ordem formulada à Mesa. Consulto o Plenário se podemos então proceder à votação por aclamação do nosso querido e estimado Conselheiro Antonio Carlos Del Negro, da Chapa Tucumã, para complementar o mandato no cargo de Membro da Comissão Permanente de Sindicância, a ser exercido até o mês de maio de 2026. Aqueles que estiverem de acordo, permaneçam como estão; aqueles que forem contrários, queiram se levantar. (Pausa) Está aprovado. Proclamo eleito o Conselheiro Antonio Carlos Del Negro, inscrito pela Chapa Tucumã. E, nos termos do Art. 25 do Regulamento das Eleições no Conselho Deliberativo, declaro-o empossado no cargo de Membro da Comissão Permanente de Sindicância, com mandato até o mês de maio de 2026. Convido então o Conselheiro Antonio Carlos Del Negro para subir ao palco e assinar o Termo de Posse.

- Procede-se conforme solicitado.

Item 3 - Apreciação do processo CD-27/2025, referente ao pedido de autorização formulado pelo Diretoria, para utilizar recursos do Fundo Especial no valor de R\$1.600.000,00, para a contratação de estudos multidisciplinares de viabilidade técnica, operacional, legal e econômica, visando avaliar alternativas de 4 edificações em áreas distintas, conforme o zoneamento estabelecido pelo Plano Diretor de Desenvolvimento (PDD).

Pronunciamentos:

Presidente – Como V.Sas. estão lembrados, na reunião de fevereiro o processo foi retirado de pauta, para que a Diretoria complementasse o seu pedido. A Diretoria apresentou nova proposta (DI. 101/2026, datada de 03 de março de 2026), esclarecendo, retificando e complementando o seu pedido inicial, desta feita ampliando a solicitação para o desenvolvimento de estudos para (4) quatro zonas distintas dentro do Clube, com o objetivo de caracterizar as viabilidades técnica, operacional e legal, do ponto de vista da moldura regulatória vigente na municipalidade, e econômica, determinando com razoável precisão o nível de investimento em cada área, as limitações e as dificuldades operacionais aliadas às necessidades de eventuais remanejamentos das atividades do Clube durante as alternativas de implantação e a indicação dos possíveis sequenciamentos físicos e cronológicos para a efetivação dos investimentos. Foram ouvidas as Comissões Permanentes de Obras, Jurídica, Financeira, de Esportes e de Saúde e Higiene, tendo sido os respectivos pareceres disponibilizados com a convocação. Em seu parecer, a Comissão de Obras, a par de entender que o pedido da Diretoria está em condições de ser apreciado e votado pelo Conselho Deliberativo, teceu algumas considerações, anotando: - Que no Plano Diretor aprovado em 2024 foi previsto realocar o fitness e a natação indoor para o Novo Centro Esportivo; - Que se os estudos propostos pela Diretoria forem autorizados e se concluírem pela viabilidade da implantação da chamada “Academia Pinheiros” (Novo edifício para o fitness), por limitação de recursos o clube provavelmente não consiga fazer simultaneamente essa obra e o Novo Poli Esportivo (sem o fitness);- Que tendo em vista os altos valores envolvidos para essas duas edificações, além dos impactos que elas terão junto ao corpo associativo durante a sua construção, e considerando que a “Academia Pinheiros” (novo edifício para o Fitness) não foi indicada na revisão do PDD aprovada em 2024, para evitar que o Plano Diretor seja revisto, recomenda que antes do investimento em projetos executivos de arquitetura e engenharia para a “Academia Pinheiros”, seja realizada uma objetiva consulta junto aos associados para legitimar o andamento do processo; e - Que para as obras que estão indicadas no PDD - Infraestrutura aprovado em 2024, a Diretoria pode priorizar a sua execução em um ato de gestão, sem a necessidade de ouvir o corpo associativo. A Comissão Jurídica por sua vez emitiu seu parecer entendendo que a proposta está apta à deliberação pelo Conselho Deliberativo, ressaltando que a eventual e futura execução das obras deverá levar em conta o disposto no Plano Diretor de Desenvolvimento, nos termos do que dispõe o inciso I do art. 152 do Regulamento Geral. A Comissão Financeira analisou o pedido da Diretoria, anotando que o saldo existente no Fundo Especial se mostra suficiente para a realização deste projeto, e formulou recomendação, nos seguintes termos: “Na visão financeira, as novas atividades propiciadas pelas possíveis edificações representam oportunidade de reduzir filas e ampliar receita, pelo maior número de associados atendidos e, com isto, no parecer desta Comissão na versão inicial deste processo CD 27/2026, ainda com o escopo definido no DI 1056/2025, esta Comissão recomendou que: 1. Viabilidade econômica do projeto. O estudo deve apresentar

elementos de viabilidade econômica, além da financeira, isto é, incorporar aspectos de evolução das tecnologias para práticas esportivas, aspectos de gestão de custos de operação do prédio e estimativas de custo x benefício de utilização dos espaços do prédio. 2. Identificação da capacidade de absorção das filas dos esportes. O estudo deve considerar tanto os números das filas atuais dos esportes como a dinâmica destas filas ao longo do tempo, desta forma que possa ser projetado o quanto esta nova estrutura permitirá mitigar ou até eliminar filas, frente a evolução do perfil dos associados do Clube. Por fim, a Comissão Permanente Financeira observa que a Diretoria informou que o valor deste pedido é o “teto máximo a ser utilizado para a realização dos estudos de viabilidade”, de forma que, fica recomendado o acompanhamento das Comissões Permanentes do Conselho acionadas para elaborar pareceres referente a este pedido de recursos, tanto no processo de licitação dos fornecedores, como na execução/evolução dos estudos.” Em seu parecer, a Comissão de Esportes por sua vez manifestou-se favoravelmente à aprovação da verba no montante de R\$1.600.000,00, destinada à elaboração dos estudos de viabilidade e demais avaliações técnicas relacionadas às obras de infraestrutura que visam desafogar a atual demanda, reduzir filas, ampliar a oferta de atividades esportivas e proporcionar maior conforto, funcionalidade e eficiência aos associados. Não obstante à sua manifestação favorável, recomenda que a aprovação da verba esteja acompanhada de detalhamento claro e objetivo do escopo dos estudos, com indicação precisa dos produtos a serem entregues, cronograma, metodologia, premissas técnicas e critérios orientadores. Recomenda, ainda, que haja identificação expressa da destinação por modalidades esportivas, esclarecendo-se de forma transparente quais serão diretamente contempladas, quais impactos se espera produzir sobre a redução de filas e de que maneira se dará a ampliação concreta da oferta esportiva aos associados. Adicionalmente, ressalta a necessidade de que todos os estudos observem integralmente as diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento, cuja revisão deverá ocorrer neste exercício, de modo a assegurar plena aderência entre as propostas em elaboração, o planejamento estratégico do Clube e a ocupação racional e equilibrada de seus espaços esportivos e de apoio. Por fim, recomenda que, oportunamente, seja promovida ao corpo associativo uma comunicação resumida, clara, objetiva e acessível, explicando a finalidade da verba aprovada, os objetivos centrais dos estudos, os benefícios esperados e as modalidades potencialmente beneficiadas. Finalmente, a Comissão de Saúde e Higiene, no âmbito de sua competência, emitiu parecer favorável à apreciação da matéria pelo Egrégio Conselho Deliberativo. Na última sexta-feira, o Conselheiro Álvaro Rafael Mendes Latorre protocolou uma emenda modificativa, que deverá apresentar na tribuna, propondo a redução do valor solicitado pela Diretoria, para R\$600.000,00. Nessa data, também o Conselheiro João Luís Gagliardi Palermo apresentou uma emenda supressiva, excluindo a denominada “Academia Pinheiros” - novo edifício para o Fitness, na delimitação da zona 1 indicada no Plano Diretor de Desenvolvimento de 2024, e reduzindo proporcionalmente o valor solicitado pela Diretoria no percentual correspondente a 17,5% do valor total de R\$1.600.000,00. Nessa data recebemos carta do Presidente da Diretoria, estimado Conselheiro André Perego Fiore, solicitando para se pronunciar no item 3 da Ordem do Dia, com apoio de recursos de projeção. Eu vou conceder a palavra ao Presidente ao final das manifestações dos Conselheiros, pode ser, Presidente? (Pausa) Há inscritos. A matéria está em discussão, vamos ouvir então os ilustres Conselheiros e Conselheiras.

Cândido Padin Neto – ... O que me trouxe é justamente o que eu sempre venho aqui lutando. Nós fazemos as coisas na gestão profissional, as coisas melhores para o Clube e de certa forma para que nós Conselheiros possamos deliberar com tranquilidade,

sabendo o que nós estamos deliberando, sabemos o que nós estamos fazendo. Com o andar de todos esses processos e dessas nossas reuniões, a Diretoria ficou meio perdida. Verifico isso porque não teve o que nós chamamos de um planejamento estratégico. Não temos esse planejamento estratégico, mas podemos ter, Dr. Fiore. Você pode implantar, é sua gestão, é sua caneta, mas nós precisamos para isso de pessoas que tenham conhecimento para que se faça isso no Clube, para que não venha aqui uma pauta de: Vamos fazer um estudo de cinco obras. É estudo de obra, não é estudo de viabilidade técnica. E por que cinco, duas dessas ou três daquilo? Então, está tendo um tipo de, vamos dizer assim, um grupo quer um tipo de obra. O outro grupo, o interessante é isso. Ah, eu sou do Tênis, eu quero o Tênis – Sou jogador de Tênis, joguei muito Tênis – E é isso, que é esse viés político que estraga tudo no Clube. Estraga até a gestão desse Presidente e não deveria ser assim. Gestão é uma coisa séria. Nós Conselheiros deveríamos estar aqui só para fiscalizar, essa é a nossa função. E nós, infelizmente, pegamos esses projetos sem saber. Ah, vamos dar R\$1.600.000. Não, mas olha, R\$500 dá para chegar. Pô, mas tem nexos nisso? Numa reunião dessas? E ainda pode ser que tenha propostas aqui. Mas que achismo é esse? Então nós estamos votando por achismo, não por uma coisa feita, concreta, que deveria ser feita. Então, antes disso tudo, que é o planejamento estratégico, ele vem antes do estudo de viabilidade, ele precede esse estudo. O planejamento, esse estudo dá o caminho e a viabilidade, ele vê se esse caminho é correto de se fazer, se dá para fazer. Esse é o estudo de viabilidade. Nós estamos aqui fazendo tudo ao contrário, estamos indo no último. Então, por isso eu acabei perdendo o tempo, entreguei até de madrugada para fazer esse PowerPoint. Agradeço à Conselheira Ana, à Arquiteta Ana, que nos ajudou muito também quando estava com o Ivan, na Diretoria, que acabou formalizando isso e pude então entregar de madrugada. Mas é esclarecer o que vem a ser um estudo de viabilidade, que tem várias etapas que são consistentes quando necessário, que são os motivos pelos quais se elabora um estudo de viabilidade. Então, essa é a primeira premissa. Já vem no outro estudo e aí esse estudo de viabilidade vai verificar tudo, tudo, tudo, tudo o que se tem e que envolve um pleito, seja lá do que for, não precisa ser do Clube, de qualquer situação prevista. Nós começamos com a etapa 1. Aqui vocês têm uma visibilidade total de como se procede esses estudos. Iniciação, objetivos, gerentes, prazos, recursos, viabilidade, planejamento, escopo. É tudo a primeira fase, a primeira etapa, que nem seria o projeto arquitetônico, mas aqui para o Clube se está falando em projetos arquitetônicos, então nós acabamos colocando, mas não seria só para um projeto arquitetônico, para qualquer estudo de viabilidade isso se faz, é normal termos tudo isso. Aqui é fundamental, para qualquer projeto, seja na área de construção civil ou não, é um estudo de viabilidade, pois ele trata, aí que vem, de uma pesquisa minuciosa que tem a intenção de avaliar se um projeto é viável economicamente. Ele é viável economicamente, legalmente e tecnicamente e a partir daí para que todas as etapas do projeto sejam planejadas adequadamente e bem executadas. Esse é o escopo, é o cerne que inicia qualquer tipo de estudo. Então, você veja que a coisa é grande, o volume é de estudos, esses que nós precisamos fazer aqui no Clube. Então, essa etapa 1 que começa e nós aqui no Clube, graças, nós temos muitos dados que vão ajudar muito a quem for fazer, que seria a compreensão da proporção entre a demanda e as áreas atuais disponíveis. Então, são necessários estudos padronizados, pesquisa estruturada para compreendermos a necessidade de cada atividade. Essa pesquisa é junto ao sócio. Essa pesquisa o sócio vai dizer quais as necessidades que ele, sócio, não tem viés político daí: Ah, eu quero, está ruim, precisamos aumentar a casinha, precisamos aumentar o Fitness, as crianças e assim vai. Todas as necessidades são computadas. Mas essa é uma pesquisa séria sem o viés político. Aí se estuda análise de perfil etário, público estimado, áreas existentes e nós temos as áreas necessárias para os pleitos que nós queremos, complexidade técnica, vem a

análise dos obstáculos de aprovação, sejam de ordem física, legal, burocrática, financeira para todas as áreas sugeridas, ou seja, para todos os pleitos e áreas. Começa etapa 1, se debruça em uma pesquisa bem-feita sobre as pessoas que estão utilizando e o que nós precisamos a mais. Então, essa etapa 1 fecha. Ainda tem outra, que é o impacto da infraestrutura existente e obras para a absorção das necessidades. Aí é a nossa infraestrutura existente, ela é capaz de absorver essas obras e mantê-las por anos. Nós estamos falando de obras aqui que vão ser para 10, 15, 20 anos. Qual o impacto disso? Nós vamos ter que fazer redes para essas obras? Nós vamos ter que levar a energia, nós vamos ter que levar o esgoto, nós vamos ter que ver a mobilidade do Clube para fazer essas obras, isso estudos que são fáceis, que é uma etapa 1, que são feitos necessariamente em todas as empresas por estagiários e engenheiros não formados. Isso são dados, eles colocam, estudam, pegam todas as informações e começam a colocar as informações, cada uma no seu lugar correto para depois ser estudados. Então, ao final dessa etapa nós já sabemos o que o Clube necessita e como atender a essas necessidades. Essa etapa matou. Então, a gente já fica sabendo por todos os dados que o Clube tem, por todas as pesquisas nós já sabemos as necessidades: Essa necessidade, aquela necessidade e essa necessidade. É o primeiro estudo, muito fácil, que é feito por estagiários ou menos de um ano de formado. Etapa 2, por favor.

Presidente – Conselheiro Padin, seu tempo regimental se esgotou. Vou conceder mais cinco minutos.

Sérgio Henrique de Sá (pela ordem) – Sr. Presidente, pela ordem. Art. 57, II do Regimento, eu vou deixar o Engenheiro Cândido Padin terminar a sua apresentação, mas por uma questão – Até como foi feito na última votação a respeito de um pedido da Diretoria e a apresentação foi feita pela minha caríssima Diretora Letícia – após o término da fala do Padin, que a Diretoria se pronuncie para que os demais oradores que terão a sua voz e fala, obviamente, mas que já poderá esclarecer melhor, até porque tem uma peça audiovisual. Esse é o meu pedido, para que a gente, após o Padin, a Diretoria se pronuncie e aí os oradores sigam com os pronunciamentos, suas dúvidas, está ok? Muito obrigado.

Presidente – Conselheiro Padin.

Cândido Padin Neto – Obrigado, Presidente.

Sérgio Henrique de Sá – Aliás, Sr. Presidente, é somente apresentação, não haverá fala da Diretoria, é só apresentação após o Padin e daí seguem-se os oradores. Esse é o meu pedido. Muito obrigado.

Cândido Padin Neto – Tudo bem, Sá. A etapa 2 são os objetivos, aí já entramos nos custos: Estabelecer os custos estimados dos pleitos. Analisamos todos os pleitos, toda a viabilidade, tudo o que existe. Essa etapa visa ter uma ordem de grandeza do empreendimento. Para que isso seja possível é necessário se estabelecer de que formas serão feitas. Tem a implantação, a construção, a infra que nós vamos ter para cada pleito, o impacto no dia a dia dos usuários. Aí a operação, se estuda a operação. Depois de concluído, como será o funcionamento e manutenção prolongada. Isso é um grande estudo. E o impacto nas contas. Qual a influência? Isso pode ter influência na mensalidade e nós vamos ter nas obras complexas que eu chego mais para frente. Tem valorização do título? Não. Isso também pode ser estudado. Podemos passar para a etapa 3: (Projeção) ... A etapa 3 é a tomada de decisão de como deve ser feito o projeto, envolvendo os níveis dos riscos. Essa fase você analisou e vê os riscos, se os

riscos são baixos, médios e altos. Já tivemos várias obras. Eu aqui, quando Diretor do Clube, fizemos várias, algumas e depois passarei a falar. Nessa etapa é avaliada a urgência da obra. Aqui a gente discutiu do Ministério Público, então, isso é necessário. O benefício coletivo. Temos que estudar qual é o benefício coletivo. Vamos fazer uma obra para três ou para 200 pessoas. O custo de implantação, o custo de manutenção, a complexidade técnica da obra. É uma obra fácil? Nós fizemos aqui obras fáceis, com baixos riscos. Análise dos riscos técnicos, jurídicos e financeiros. Isso será analisado, porque em uma obra também tem. Nós podemos ter um problema que a gente chega e vê: Olha, vai ter muito problema com a Prefeitura, isso vai demorar. Nós vamos ter problema financeiro, isso vai demorar muito. Bom, e como será feito? Vamos vender título, vamos pegar ou vamos pôr uma taxa? Isso tudo tem que ser estudado. E a valorização do Clube. Vamos à etapa 4: É a equalização dos dados. Nessa etapa já é uma decisão. Qual pleito, qual obra nós estamos e vamos priorizar? São as fases que nós chamamos de faseamento. Então, a primeira fase, de baixo risco com alto benefício. Eu me lembro que fizemos duas obras aqui: Uma do Skate, que não era nem PDD, mas nós fizemos, que foi baixíssimo risco e eu adorei, porque foi uma obra que era quase que uma construção artesanal. E foi feita por pessoas muito capacitadas. Tivemos lá a pracinha, onde está hoje a Dulca e tudo mais. Alto risco, baixo. Aí entra a fase médio risco e médio impacto, essas obras e a fase de alta complexidade. Todos os pleitos são analisados assim. Então, vamos à etapa 5, que é a final. Nesta fase, já para saber todos os caminhos adotados. Os dados são analisados em conjunto e a apresentação está pronta para a tomada de decisão. Quem toma a decisão? Aí vai um sexto. A padronização dos pleitos foram todos feitos iguais, sem viés. Mensuração e a demanda real. Estamos sabendo o que vamos gastar, demanda que tem, teste de infraestrutura. Se todas as estruturas do Clube são capazes de absorver essa obra ou se vamos ter custos muito mais adicionais para isso. A implantação e a aplicação da matriz de decisão. Essa matriz de decisão se aplica com pesos. São vários pesos.

Presidente – Conselheiro Padin,... vou conceder um minuto para V.Sa. concluir, por favor.

Cândido Padin Neto – Agradeço muito.

Presidente – Um minuto.

- Manifestação de Conselheiros no plenário.

Cândido Padin Neto – Porque é o viés político que atrapalha o Clube. ... A liberação para a Assembleia com base técnica. Esse é o último, é a sétima. Quando vier tudo isso organizado, correto, vem para a liberação para a Assembleia. Não vai haver mais isso, porque tudo foi feito de maneira correta e certa, transparente. Um estudo desses, vou dizer ao senhor, vai se espantar, para tudo o que a gente precisa, não sai por R\$200.000,00. Eu cravo aqui.

Sérgio Henrique de Sá (pela ordem) – Então, Sr. Presidente, é o seguinte, senão vai todo mundo levantar questões que o próprio Presidente vai esclarecer ao final, mas sem apresentação fica prejudicado. Só isso.

Presidente – Já havia conversado com o Presidente Fiore e ele já havia manifestado o interesse de se pronunciar ao final. Então, ao final...

Sérgio Henrique de Sá – Mas e a peça? Não haverá pronunciamento por parte dele, Sr. Presidente. Eu gostaria que só apreciasse o meu pedido. Se haverá uma peça, um vídeo para mostrar aos associados, aos Conselheiros, às Conselheiras...

Presidente – Vou consultar o Plenário.

Sérgio Henrique de Sá – É isso. Muito obrigado.

Presidente – Os Conselheiros e as Conselheiras aprovam o pedido para que haja essa projeção desde logo, antes das inscrições? (Pausa) Então, vamos fazer a projeção.

- Projeção:

Paulo Eduardo Blumer Paradedda – ... Ficou bonita a apresentação. Questão primeira que me chama a atenção é que uma obra anterior custava R\$1.100.000, agora quatro custam R\$1.600.000. Eu queria entender qual é a matemática que foi feita. Uma obra R\$1.100.000, agora quatro obras R\$1.600.000. Já começa um pouco errado, naturalmente. Segundo, ficou bonito, mas faltou o principal, perguntar para o sócio se ele quer, porque, mais uma vez, isso vem da cabeça de várias gestões. Nunca foi perguntado ao sócio explicitamente e claramente: Você quer uma academia? Você quer um Poli 2? Você quer a laje do Tênis? Você quer a sauna nova? Sim ou não? A pergunta é clara, fácil. Faz em 10 minutos uma pesquisa dessas. Manda para todo mundo. Responde e aí trabalha em cima disso. Mas, não, eu escrevo, falo, aí o pessoal fica bravo comigo e tal. Isso vem da cabeça de 15 pessoas. Juntam 15, vamos fazer aqui e tal. Custava R\$1.100.000, vamos melhorar, vamos fazer R\$1.600.000 as quatro. Mas aí perde credibilidade. Credibilidade que já não é muito alta, diminui. Mas eu não vou nem entrar na questão das obras, porque eu acho que essas obras são posteriores, totalmente posteriores e devem ser feitas após o gasto desse dinheiro, mais ou menos, para que se tire um raio-X de tudo, absolutamente tudo que se tire, precisa reformar, certo? As últimas chuvas mostraram que aqui nós temos uma situação periclitante. E vou falar de novo o que eu escrevo, o que eu falo, o que eu ponho no País Pinheirenses, ponho nos grupos: Não morreu ninguém até hoje por milagre. Acho que toda vez que caem esses temporais por lá acende uma vela, ajoelha e fica rezando, porque cai o telhado, cai o forro do banheiro, chove dentro da Escolinha, chove dentro da Brinquedoteca, inunda os canais. Canal não, os corredores, as alamedas, os caras passam com água pela canela, o tênis vira um mar de lama. Então, assim, eu fico me perguntando, nós vamos fazer prédios novos antes de consertar um Clube que está absolutamente sucateado, é isso? Chove dentro das cozinhas, chove dentro da Escolinha, chove dentro da Brinquedoteca, inunda tudo, inunda o Tênis. Cozinha, a gente já viu aí umas 10 com enxurrada. Se vier a Vigilância Sanitária aqui e for olhar por onde cai essa água, pelo amor de Deus, o que acontece aqui? Então, acho que antes de se pensar em fazer qualquer obra, e isso eu estou falando por mim e por centenas de sócios com quem conversei, muita gente conversou e muita gente lê o que escreve. Eu não quero obra aqui antes que o Clube conserte tudo que está errado, todos os telhados, todos os pisos, o Tênis, a Escolinha etc. etc. etc. Então, minha opinião e meu voto aqui é contrário a qualquer tipo de gasto com prédios novos e a favor de que esse dinheiro e que se pense numa forma de reformar, consertar e arrumar tudo aquilo que esse Clube aqui, e todos nós sabemos que a última chuva foi catastrófica e demonstrou claramente isso que eu estou falando. Ah, mas choveu muito, como nunca choveu nos últimos anos. Choveu em todo lugar. Uma pergunta aqui em volta, na casa das pessoas, se choveu na sala da casa das pessoas? Claro que não, claro que não choveu. Não choveu porque os caras cuidam do telhado, o cara cuida da calha, o cara não tem vazamento, não tem trinca.

É simples. Agora aqui, qualquer chuva inunda, a gente recebe as filmagens na hora. Tem aí um lugar no Poli que começou com um balde, já está com três, tem um telhado duplo, o telhado é duplo e está chovendo, os caras puseram três baldes, porque chove incessantemente em dia de sol e de chuva dentro dos baldes. Então, até onde vai? Está legal isso para todo mundo? Todo mundo gosta? O sócio não gosta. O sócio quer que conserte, antes de construir, conserte. E antes de construir, pesquise. Chegar aqui e fazer como se fazia no passado, e vamos pagar como? Tem R\$100 milhões na conta, uma obrinha dessa aí custa R\$250, a gente sabe, R\$250, R\$300 milhões, então onde é que vai sair o dinheiro? Vamos emitir título? A gente não quer emitir título, a gente quer tirar título, a gente quer diminuir a entrada de sócio. E o trabalho daqui para frente vai ser que não se venda mais título. Esse é o nosso trabalho, eu sou um dos que vai fazer isso. Não se venda mais títulos para estranhos, só para quem tem vínculo com o Clube. E aí esse caixa vai secar. A história do título passa porque é o que abastece o caixa para a obra. A partir do momento que não se vender mais externo, se vender aqui dentro, o título vai cair, a transferência tem que cair, porque o sócio não está conseguindo colocar o filho, não está conseguindo colocar a esposa. E a gente vai tirar o dinheiro para pagar isso aí de onde? Quem vai pagar? Não tem. Têm R\$100 milhões, cento e poucos milhões na conta. Nós vamos ter no ano que vem R\$200 milhões, R\$300 milhões, é o que vai custar essa obra, qualquer uma dessas obras aí, menos a do Tênis. Então, antes de qualquer coisa, reformar. Depois que reformar, esclarecer da onde vai vir o dinheiro. E depois que esclarecer da onde vai vir o dinheiro, pesquisar com o sócio, o que o sócio quer. Esse é o meu pronunciamento e o meu voto. Obrigado.

Álvaro Rafael Mendes Latorre – ... Eu encaminhei uma emenda modificativa ao Presidente Guilherme. Gostaria que o Sr. Jorge projetasse no telão para maior facilidade e compreensão de todos. (Projeção) “Ilmo Sr. Presidente do Conselho Deliberativo do Esporte Clube Pinheiros. Referência: Emenda Modificativa à proposta complementar da Diretoria de utilização do Fundo Especial para contratação de estudos multidisciplinares de viabilidade técnica, operacional e econômica. Álvaro Rafael Mendes Latorre, associado do Esporte Clube Pinheiros, com matrícula 37171900 e Conselheiro deste Conselho Deliberativo, vem à presença de V.Sa., com fundamento nos artigos 45 e 85 do Regimento Interno desta Casa, apresentar emenda modificativa proposta em referência. Inicialmente, este Conselheiro manifesta sua concordância com o escopo da proposta após sua complementação que atendeu diversas manifestações de Conselheiros na reunião de fevereiro último, realizada por este Conselho Deliberativo. Por outro lado, a modificação proposta consiste na redução do valor a ser liberado para R\$600.000,00, pelas seguintes razões. 1. O estudo comparativo em questão possui natureza eminentemente multidisciplinar, sendo que parte relevante de seus componentes deverá necessariamente ser desenvolvida por equipes internas do Clube, sob a coordenação da Comissão Especial a ser constituída nos temas da proposta. Insere-se neste contexto especialmente os aspectos de caráter operacional voltados à análise de filas de esperas, bem como as estimativas e demanda em relação à capacidade de atendimento a ser gerada pelas quatro intervenções previstas a saber. 1. Novo Centro Poli Esportivo, que é a Zona 7, tem duas opções: 1 – A opção primeira é de implantação nos ginásios, em arco, e a opção segunda é a opção de implantação, que é o prolongamento do Poli existente, que eu coloco como Campo A, que foi apresentado inclusive pela Comissão Permanente de Obras, que eles chamam de maquete. 2 – Academia Pinheiros, novo edifício para o fitness, que está situado na Zona 1. E na Zona 2, que é o terceiro, cobertura das quadras de Tênis. E a última, Zona 3, Centro de Saúde e Bem-Estar. Adicionalmente, compete ao Clube avaliar os impactos operacionais transitórios decorrentes da execução de cada uma das intervenções propostas, especialmente no

que se refere à necessidade de realocação temporária das modalidades afetadas durante o período de obras. 2. Especificamente no que se refere às questões de engenharia, área na qual atuo diretamente, foram realizadas pesquisas de mercado, que indicam estimativas de custo significativamente inferiores ao valor apresentado, situando-se na ordem de até R\$600.000,00. Justificativa. Estudo e viabilidade técnica, estimativa de custo São Paulo. A base de cálculo, cenário em análise, é um empreendimento composto por um subsolo mais quatro pavimentos localizados em São Paulo. O custo médio de construção adotado, padrão médio, R\$3.200 a R\$4.200 por metro quadrado. Para fins dessa estimativa, estou adotando R\$3.500,00 por metro quadrado. Cálculo estimado, área de estudo, como já bem disse, 40.000m² e o custo estimado de construção, R\$3.500. E o percentual adotado para estudo de viabilidade é 0,4%. O valor estimado de estudo de viabilidade está no resultado da multiplicação dos 40.000 por R\$3.500 e aplicando-se 0,4%, daria R\$R\$560 mil. As considerações técnicas consideradas. Cabe destacar que o material disponibilizado para a elaboração de estudo e habilidade apresenta elevado nível de detalhamento, contendo informações técnicas consistentes. Em alguns casos, os empreendimentos propostos já dispõem de dados suficientemente estruturados, demandando, portanto, predominantemente, a validação e consolidação das informações existentes, em vez de desenvolvimento integral a partir do 0 (zero). 3. Tenho ciência que o valor orçado de R\$1.600.000 representa o limite máximo previsto. Ainda assim, trata-se de um teto significativamente elevado frente às referências praticadas pelo mercado para serviços de mesma natureza. Neste sentido, cabe a este Conselho zelar pela adequada alocação dos recursos, orientando eventuais deliberações para patamares compatíveis com estimativas técnicas fundamentadas e aderentes à realidade do mercado. 4. Na eventualidade do valor proposto na emenda modificativa mostrar-se insuficiente e pouco provável, a Diretoria poderá submeter a este Egrégio Conselho Deliberativo pedido de complementação orçamentária conforme prática recorrente na história de obra do Clube. Nessa hipótese, contudo, a solicitação deverá estar acompanhada de demonstrações efetivas e detalhadas dos gastos incorridos, passíveis de análise e escrutínio por este Conselho. Tal procedimento assegura maior rigor no controle financeiro, além de reforçar os princípios de transparência e Compliance que norteiam a atuação desta Instituição. Diante do exposto, requer-se o recebimento da presente emenda modificativa por V.Sa., com a consequente submissão e apreciação do Plenário deste Egrégio Conselho, nos termos previstos em seu Regimento, pedem deferimento. 27 de março de 2026, Álvaro Rafael Latorre.”

Renan de Freitas Poli (aparte) – Álvaro, pelo que você estudou nos autos dessa proposta complementar, está claro para você o objeto de estudo, é um pedido de estudo de viabilidade, a gente tem ali uma nova academia, a gente tem ali a menção a setores, mas fica claro qual seria o objeto de estudo dessa nova academia?

Álvaro Rafael Mendes Latorre – Não só está claro a nova academia, como já assisti a algumas apresentações, como também nas outras obras propostas. Então eu acho muito importante que nesse momento, se você me perguntar qual a minha preferência, qual a minha escolha, é justamente a proposta que a Presidência encaminhou, a Diretoria encaminhou para o Conselho para análise. Então, fruto dessa análise técnica, dessa viabilidade técnica comparativa, é que teremos a resposta claramente, tecnicamente falando, da melhor opção a ser escolhida. E tudo isso já vai contemplar todos os parâmetros existentes, estudos a serem desenvolvidos e muita informação que cada uma das obras já contém. A obra da piscina, do Fitness localizado no bar da Piscina, já tem um estudo feito, inclusive consultas junto à Prefeitura. Então, tudo isso, como eu coloquei na minha emenda modificativa, será ratificado, será analisado, ratificado por essa empresa a ser contratada. E claro, outro

exemplo claro é a cobertura das quadras de Tênis, também têm estudos, têm parâmetros, têm dados, têm metragens, propostas, sistema construtivo já bastante estudados que já foram encaminhados para a Diretoria, incluindo também o Poli 2, que já foi apresentado aqui no Conselho algumas vezes e que também já contém muitos dados, muitos parâmetros que serão recebidos por essas empresas participantes da licitação, previamente vão tomar conhecimento, e que justificam o 0,4% que estou adotando, porque não vão partir do zero, já vão receber isto de uma forma bastante clara e objetiva.

Renan de Freitas Poli – Obrigado.

Heitor Ferreira Tonissi (aparte) – Eu vi ali na emenda do senhor que foi tomado como referência um empreendimento com um subsolo e quatro pavimentos e o senhor adotou ali, disse que tem um custo médio de R\$3.200 a R\$4.200 e adotou os R\$3.500. Para mim isso aí não ficou muito claro, essa amplitude, assim como o empreendimento em si, ou seja, a fonte que o senhor utilizou não esclarece bem. Então, queria saber se o senhor poderia informar melhor qual é o tipo de empreendimento, tipologia dele, padrão e o porquê dessa variação. Eu queria entender melhor o racional desse cálculo aí.

Álvaro Rafael Mendes Latorre – É uma estimativa que me baseei pelo CUB/Sinduscon, onde deu para encaixar, como eu adotei, uma obra com um subsolo, três, quatro pavimentos. Então são referências que acabam variando, os números são públicos, de R\$3.200, se não me engano, a R\$4.500. Eu adotei um padrão médio de construção, porque são números que a gente tem que estimar preliminarmente. Então, em vez de R\$3.200, eu coloquei um pouco a mais R\$3.500, mas, só complementando a resposta, repito que adotei, o parâmetro de percentual em relação à estimativa de 40.000m², varia no mercado de meio até 1,5%, 2%. O Clube adotou 0,5%, a Diretoria adotou 0,5%, porém, sobre R\$8.000, R\$8.500,00 o metro quadrado, o que na verdade não é uma norma de mercado adotar um custo de altíssimo padrão, padrão AA e, sim, numa fase inicial é um custo de mercado, que é um custo médio, como te expliquei.

Heitor Ferreira Tonissi – Tem outra questão. ... O senhor entende que referências de obras realizadas aqui no Clube poderiam ser pertinentes para esse tipo de estimativa? E aí, dentro dessa questão, acho que o senhor até se encontrava na Diretoria quando foi realizada a obra do Tênis. O senhor tem o valor do metro quadrado? Sabe quanto custou, saiu o metro quadrado dessa obra?

Álvaro Rafael Mendes Latorre – Eu refleti muito sobre isso e um dos itens que me apeguei foi a obra do Tênis. Nessa tribuna esteve presente um Conselheiro que, antes do início das obras comentou que, por norma era necessário fazer uma inspeção prévia das fundações. Infelizmente, isso não foi feito. E, conseqüentemente, como resposta à sua pergunta, o Clube encontrou, ocorreu uma surpresa. As fundações estavam condenadas. Então, interferiu no custo. Só por esse motivo já não é uma referência. Dobrou o tempo de execução. A obra ficou bem-feita, mas as fundações estavam condenadas e precisaram ser reforçadas. E isso, o Clube acaba, com todo respeito a todas as gestões, e hoje nós temos uma oportunidade de darmos start na gestão do Fiore de uma forma coerente, de uma prática normal, que se chama o estudo de viabilidade técnica. E eu acrescento, comparativa – E quero também homenagear aqui o Conselheiro Cândido Padin pelos esclarecimentos didáticos que fez no estudo. Concordo com todos os itens – Então, isso, o Clube ainda não praticou como poderia praticar. E neste momento nós precisamos, até uma conversa que tive com o Presidente Fiore, realmente encaixar essa locomotiva nos trilhos. E essa é a

melhor maneira. E acrescentando, sem deixar de comentar, o pronunciamento do Conselheiro Paradedá, muitas das manutenções carecem ser utilizadas por verbas de Custeio. E requer isso, até acréscimo numa próxima oportunidade que o Fiore assim desejar, acrescentar na PO o que precisa ser feito para o próximo ano prevendo esses custos, porque são essenciais. São essenciais serem considerados porque o Clube está padecendo, o sócio está sofrendo, tem teto caindo. Então as cozinhas estão precisando de reforma. Isso tudo numa PO, utilizando verbas específicas, é possível alinhar tudo isso. Então, nós precisamos fazer o Clube andar. Nós precisamos encaixar e classificar os tipos de obra com os tipos de verba. E no caso específico aqui desta obra, destas obras que serão estudadas, acho que é uma grande oportunidade de o Conselho aprovar. E coloco essa emenda modificativa a ser contemplada, a ser votada, reduzindo o valor de R\$1.600.000 para R\$600.000,00, o teto de R\$600.000.

Heitor Ferreira Tonissi – O senhor não respondeu a minha pergunta.

Presidente – Conselheiro Heitor, não há debate. V.Sa. gostaria de se inscrever?

Heitor Ferreira Tonissi – Não, eu só gostaria de complementar aqui, que ele não respondeu à pergunta em relação ao valor do metro quadrado do Tênis. Eu concordo que tiveram alguns percalços lá...

Álvaro Rafael Mandes Latorre – Muitos percalços.

Heitor Ferreira Tonissi – ...algumas situações atípicas, mas acho que é interessante para o Conselho saber, já que está se tratando aqui de valor de metro quadrado, que ali, acho que o senhor participou, sabe que lá saiu mais de R\$11.000,00 o metro quadrado.

Álvaro Rafael Mendes Latorre – Eu não participei.

Presidente – Conselheiro, não há debate.

Ney Caminha David (aparte) – Primeiramente, parabenizá-lo pela sua exposição. Sua proposta está me parecendo bem mais coerente do que a proposta que veio da Diretoria, porque eu achei o valor extremamente alto. Mas tem um motivo também. A Diretoria anterior do que eu fazia parte, do Presidente Brazolin, nós havíamos mandado para o Conselho cinco obras com o valor de R\$536.000,00, está no brilhante parecer do Dr. Tatit. Esse valor você verificou se era mais coerente para fazer essa sua proposta? Que desde já estou achando muito mais viável, muito mais interessante para o Clube, um valor realmente mais condizente para um estudo de viabilidade. E também o percentual de 0,4% – Porque o próprio Heitor Tonissi, quando veio na outra reunião e a ata foi aprovada agora, né, Presidente? Na reunião anterior, o Heitor Tonissi, assistente para o PDD, fez um percentual de 0,4% nos cálculos que ele elaborou. Está na ata, acho que pode ver se tiver alguma dúvida – Então, esse percentual de 0,4% sobre a metragem, sobre o valor da obra me parece muito mais condizente e muito mais real. Você chegou a tomar como base essa proposta anterior da Diretoria? Você chegou a verificar o estudo, a colocação do assistente para PDD? E você chegou a considerar também nessa sua proposta que o Fitness da piscina não está no PDD? E você não pensou em excluí-la da proposta? Porque o Fitness da piscina não está no PDD? Você usou a proposta toda que veio da Diretoria, foi isso, né? Esse é o meu questionamento.

Álvaro Rafael Mendes Latorre – Concordo integralmente com o que você disse, com exceção do Fitness da piscina. Não tenho preferência por obras, acho que estou defendendo a técnica. Então, repito, vou aguardar o resultado dessa planilha, dessa matriz, que é a etapa 5 ou 6 que o Cândido comentou, o Conselheiro Cândido comentou, para ser trazido aqui para o nosso Conselho para ser deliberado, independentemente se está ou não no plano. Respeitei a opção de apresentar essa obra, apenas isso.

Carlos Alexandre Brazolin (aparte) – Engenheiro, eu vou fazer o aparte em duas partes, porque é simples, é só uma pergunta, porque como não estamos mais na Diretoria às vezes perdemos algum sequenciamento. ... Houve reuniões da Diretoria para falar sobre esse prédio? O senhor falou que tem até consulta da Prefeitura, o prédio na piscina.

Álvaro Rafael Mendes Latorre – Foi o que recebi, não tenho nenhum documento, mas o que recebi de informação, sim. Foi consultado, recebi essa informação, mas não tenho nenhum documento em mãos.

Carlos Alexandre Brazolin – Outra coisa que também me causa um pouquinho de espanto é a altura de 5 mil metros no lugar onde nós temos mil metros, 978 metros senão me engano, que é a sauna. E ali está com 5 mil metros. Nunca vi nenhum estudo nesse sentido. Também perguntando, porque conforme estou falando, estou leigo e às vezes a gente não sabe. Existe algum estudo sobre isso?

Álvaro Rafael Mendes Latorre – Sim, existe.

Carlos Alexandre Brazolin – Porque 5 mil metros me pareceu até uma demasia nesse espaço.

Álvaro Rafael Mendes Latorre – Presidente Brazolin, foi levantado nos arquivos do Patrimônio uma obra de 2009, do Edu Rocha, que é o prolongamento do Poli 1, em direção a Maffei Vila.

Carlos Alexandre Brazolin – Desculpa...

Álvaro Rafael Mendes Latorre – Eu só complemento a sua resposta. Foram encaminhados projetos que foram estudos elaborados por um sócio referente à cobertura das quadras de Tênis. Por sua vez, também no Fitness do bar da Piscina foram feitos outros estudos que também geraram plantas, geraram levantamentos de quantidades e outros itens. Também foi apontado no Poli 2, obviamente é uma obra bastante discutida aqui no Conselho e nas alamedas, que tem também estudos desenvolvidos que foram considerados. Esses pacotes de cada um dos projetos já estão de posse da Presidência, que o Presidente Fiore encaminhou para o Patrimônio e vão ser objeto, é a matéria que será encaminhada para licitação, é matéria da licitação. É por isso que fundamento todos esses dados recebidos por Patrimônio, que serão, farão parte constante da licitação a ser dirigida pelo nosso Departamento de Suprimentos. Então, previamente, os convidados, as empresas que irão comparecer, os arquitetos que irão se interessar em participar da concorrência terá previamente conhecimento de todos esses dados. Então, tem muitos estudos já adiantados e que irão facilitar obviamente o objeto de estudo, que não é a partir do zero. Estou apenas repetindo aquilo que escrevi na emenda modificativa.

Carlos Alexandre Brazolin – Presidente, por favor, para não ter debates estou me inscrevendo após. Obrigado.

Cândido Padin Neto (aparte) – Nós até conversamos. O que não entendo, o que a Diretoria faz e às vezes você tomou como base reconstruir. Nós estamos falando de estudos que se sobrepõem. Quando você vai fazer um estudo, nós estamos aqui fazendo quatro estudos, os estudos se sobrepõem. As pesquisas se sobrepõem. Então, você não tem...

- Manifestação de Conselheiros no plenário: Qual o aparte? Qual a pergunta?

Presidente – Calma. Vamos ouvir o Conselheiro. Conselheiro Padin, conclua seu aparte, por favor.

Cândido Padin Neto – Então, não podemos nos ater em metragem quadrada. Grande parte desses estudos é feita por engenheiros que nem são graduados. O final vai para os engenheiros graduados. Então, o custo não se mede por 90.000m², se mede pelo estudo que você está desenvolvendo. Gostaria e, peço ao Presidente, que se estude tudo.

Presidente – Conselheiro, por favor, qual é o aparte?

Cândido Padin Neto – Então, esse é o aparte, que nesse valor que o Álvaro está pretendendo, que está se tomando como base um valor de metro quadrado, subsolo, não vamos ter. Então, seria para fazer os estudos do Clube, que são essas, com todas essas premissas, com todas as nossas necessidades e vai sair muito mais barato. Não é fixar um preço, você fixa...

Presidente – Conselheiro, vou pedir pela última vez.

Cândido Padin Neto – Então,...

Presidente – Se ele concorda ou não com essa proposta?

Cândido Padin Neto – E isso que estou dizendo.

Cândido Padin Neto – Nós fixamos o que vai ter que ser feito. Toda aquela infraestrutura, eles dão o preço e nós podemos ter um teto. Então, minha sugestão nisso é que se façam os estudos e aí vamos ter esse teto. Mas que todos os estudos entrem nesse teto.

Álvaro Rafael Mendes Latorre – Bom, respondendo ao Conselheiro Cândido Padin, a minha proposta de R\$600.000,00 também é um teto. Se as empresas participantes optarem por R\$200 mil, como você sugeriu, R\$250, R\$300, obviamente será muito bem aceito. Mas é uma forma de a gente poder encaminhar um número factível de potencial de atingimento. Como afirmei e volto a comentar com todos vocês, Conselheiros, é muito pouco provável que esse número seja superior a R\$600 mil. Dificilmente irá ocorrer a necessidade de volta aqui a essa tribuna solicitando o aditivo contratual. Assim espero e assim eu torço. Obrigado.

André Franco Montoro Filho (questão de ordem) – Uma questão de ordem, Presidente. Gostaria de um esclarecimento. Dez minutos é o tempo que o orador tem. Esse tempo inclui os apartes?

Presidente – Sem dúvida.

André Franco Montoro Filho – Sem dúvida. Então, não está sendo observado. Pelo que me lembro do Estatuto, são 10 minutos, mais cinco. Depois disso tem que ter aprovação do Plenário. Desculpe, V.Sa. não está fazendo isso.

Presidente – Vou cassar a palavra do orador, Conselheiro Montoro? Vou cassar a palavra?

André Franco Montoro Filho – Vai? Ótimo, beleza. Só para informar, não sei se dá para fazer aqui, mas no Congresso Nacional é automático, três minutos, cai. Não precisa nem o Presidente falar.

Presidente – Daqui a dois meses o próximo Presidente poderá adotar essa sistemática. Não faço isso, não casso a palavra do Conselheiro.

Olavo Nigel Saptchenko Arfelli Meyer (pela ordem) – Dr. Guilherme, pela ordem. Tenho uma dúvida sobre o vídeo, me permite fazer um pequeno comentário?

Presidente – Conselheiro, é possível ouvirmos o Conselheiro, em seguida podemos esclarecer? (Pausa) Vamos lá. Conselheiro, pelo tempo regimental, V.Sa. tem a palavra.

João Luís Gagliardi Palermo – ... Inicialmente, manifesto aqui a minha concordância parcial com o escopo da proposta feita pela Diretoria e explico o seguinte: Proponho que façamos uma emenda supressiva do item denominado Academia Pinheiros com o novo edifício do Fitness. Por si só, um raciocínio bem linear mediante tudo o que já discutimos aqui hoje e em outras reuniões também, a modalidade de Fitness é uma das mais populosas dentro do Esporte Clube Pinheiros, apresenta uma atividade saudável em termos financeiros e está inserida hoje dentro do Poliesportivo, um equipamento multifuncional, construído em 1981. De lá para cá, o que é que nós fizemos em prol dos sócios em termos de conforto, segurança, estabilidade da prática esportiva e o desenvolvimento dos novos pinheirenses de 5 anos ou mais? É, não fizemos mais nada mesmo. Existe uma redundância na proposta da Academia num novo edifício justamente porque a própria Diretoria também traz para esses estudos a figura de um Poliesportivo novo, uma segunda edificação. Essa sim multifuncional para atender pelo menos mais de 10 modalidades esportivas. Vai tirar com certeza 3.100 sócios, em números redondos, da fila de espera de mais de 20 modalidades. Enquanto que este edifício proposto sobre o lugar onde hoje nós temos os vestiários e o bar da Piscina vai atender a modalidade do Fitness. Existe uma expectativa de reequilibrar o fluxo de transeuntes, sócios do Clube, com o deslocamento do Fitness para essa região da Zona 1, segundo o PDD. Mas no PDD, aprovado em 2024, a região que é o complexo das piscinas prevê a reavaliação funcional do prédio da piscina, de todo o parque da piscina e que inclui o bar da Piscina e reforma dos vestiários. Não a exclusão desse prédio ou a substituição por outro edifício. Então, por esta razão, esta obra não está contemplada no estudo do PDD, que foi a última aprovação feita aqui nessa Casa, em abril de 2024. Como se isso por si só não bastasse, a pesquisa que deu fundamento à aprovação do último PDD, em 2024, indicava que o complexo das piscinas era o oitavo melhor lugar para se frequentar, de maior grau de satisfação dos associados que responderam à pesquisa. E foram 2.880 pessoas que responderam à pesquisa na ocasião, entre dezembro de 2022 e janeiro de 2023. Paralelamente, numa busca formal, por iniciativa de alguns sócios, foi feito um abaixo-assinado para entender qual era a vontade dos sócios em relação à modificação do atual bar das

Piscinas. E aderiram ao abaixo-assinado, que repudia essa proposta mais de 1.200 assinaturas, que eu entrego à Mesa tanto o conteúdo do abaixo-assinado quanto a relação dos sócios. De forma, senhoras e senhores, que o pedido de supressão desta obra dentro do pedido total fica a meu ver justificado por aquilo que acabei de trazer aos senhores. Ato contínuo, uma vez aceita a supressão, Dr. Guilherme, também por analogia deve-se suprimir a verba proporcional para o estudo de viabilidade dessa obra. De forma que foi apresentado e verificado pela Comissão de Obras que o percentual para avaliar a viabilidade dessa obra no bar da Piscina corresponde a 17,5% do valor de R\$1.600.000,00. Então, sendo aprovada a subtração dessa obra dentro do projeto apresentado, esse valor deve ser igualmente retirado do total a ser aprovado para uso da Diretoria. Agradeço a todos, estou à disposição. Obrigado.

José Marlon Salvador Barroso (aparte) – Bom, primeiro, eu não vou comentar sobre a pesquisa, como é uma pesquisa oficial do Clube acho que não vale a pena debater sobre isso.

João Luís Gagliardi Palermo – A pesquisa é oficial, o que é extraoficial...

José Marlon Salvador Barroso – Posso terminar a pergunta?

João Luís Gagliardi Palermo – Só para esclarecer, senão a premissa errada leva a uma conclusão errada. A pesquisa é mais do que oficial, ela deu base para o PDD.

José Marlon Salvador Barroso – Não me refiro a essa pesquisa, me refiro à segunda pesquisa.

João Luís Palermo Gagliardi Palermo – Então, abaixo-assinado, não é pesquisa, é adesão das pessoas a uma proposta.

José Marlon Salvador Barroso – Então, abaixo-assinado, eu não vou debater, até porque tem uma questão um pouco pontual sobre as perguntas que foram colocadas lá, que é a mesma coisa se a gente voltasse para o Fitness hoje e perguntar se eles querem mudar de prédio, porque o Fitness não atende hoje as expectativas. Seria o mesmo parâmetro, não seria mil, seria 4 mil, provavelmente. Mas vamos ao que interessa. O que interessa é que esta Casa é soberana, como já participei dos PDDs, queria saber a sua opinião, se você concorda que esta Casa é soberana para, eventualmente numa revisão, que quando tivermos as quatro obras colocadas, com todos os dados técnicos, se pode, nesta Casa, aprovar uma alteração do PDD, que é dinâmico? Queria saber a qual é a sua opinião.

João Luís Palermo Gagliardi Palermo – O nome já diz, né, Plano Diretor de Desenvolvimento, pressupõe que o plano deva ser seguido, porque ele indica a necessidade e os anseios dos sócios. Existe a cultura dentro do Esporte Clube Pinheiros de uma revisão bianual desse documento, “tá” certo? Então, a última revisão foi em 2024 e se for feita uma nova revisão, a Casa tem autonomia para aprovar, porque é o próprio Conselheiro que aprova.

Presidente – Obrigado, Conselheiro Palermo. ... Conselheiro Olavo havia solicitado. Podemos fazer o seguinte, quando o Presidente vier prestar os esclarecimentos, antes, nós faríamos novamente a projeção e V.Sa. teria então a palavra.

Olavo Nigel Saptchenko Arfelli Meyer – Pode ser.

Presidente – Conselheiro Strang, tem a palavra.

Eduardo de Azevedo Marques Strang – ... Bom, acho que a gente está tendo ótimos esclarecimentos aqui no tribunal e agradeço os que vieram antes para poder, por exemplo, conceituar o que são esses estudos, né, Padin, que serão avaliados aqui, se vamos aprovar ou não a realização, ele deixou muito claro o que será feito. A gente vem falando aqui de manutenção e investimento, que são coisas distintas. Manutenção é cuidar da nossa operação presente. Investimento é a gente pensar no futuro. A gente investiu R\$15.000.000,00 no ano passado em manutenção. O que foram essas manutenções e investimentos? Um exemplo claro foi reforma da pista de atletismo, entre outros. Quando analisa o caderno de aprovação de contas de 2025 a gente identifica isso. Então, R\$15.000.000 foram feitos já em manutenção. Só que a gente não pode só ficar olhando o nosso presente, a gente aqui tem uma responsabilidade, até por todas as filas, as questões de atendimento do associado, esses incômodos que vêm sendo citados ao longo dos últimos anos, desde que estou aqui no Conselho e que é olhar para o futuro. A gente precisa olhar para o futuro. E para isso, esses estudos é justamente nossa hora, a nossa oportunidade de pensar nessas opções. Lembro que mês passado, na última reunião do Conselho, foi trazido para a nossa decisão a opção do Poli 2. Apenas a decisão do Poli 2. E esta Casa aqui, nós não optamos por decidir o estudo só do Poli 2. Os presentes aqui estavam aqui também no mês passado e pediram que a Diretoria voltasse hoje trazendo mais opções do que só o Poli 2. Então, é importante ficar claro que na hora que falar quero Poli 2, quero Tênis, quero Sauna não é uma questão de querer individualmente ou grupos de pessoas. A gente tem que entender que a Diretoria está pedindo avaliação de quatro projetos. O estudo, conforme o Padin, com a profundidade que ele pediu e que a gente possa depois aqui vir claramente ter as informações sobre essas quatro opções e caminhar para uma decisão do futuro do Clube. Então, se a gente pediu que não era só o Poli 2 que a gente queria, queria ver mais opções e todas juntas, a gente tem oportunidade hoje de aprovar esse investimento. É isso que encaminho aprovação.

Carlos Edmundo Miller Neto – ... Bom, difícil vir falar depois de tanta gente boa que colocou uma série de conceitos que são necessários para que a gente possa levar à frente a discussão e aprovação desse pedido de verba. Agradeço aqui ao meu colega de profissão, o Engenheiro Padin, que deu uma aula sobre o que é estudo de viabilidade, independentemente de valores. Agradeço também ao Conselheiro Paradedda, que colocou muito bem que o nosso Clube precisa, além de investimentos de manutenção e o pedido de verba feito pela Diretoria deixa claro que não leva em conta a requalificação de outros espaços que são necessários aqui no Clube. A gente sabe que o edifício da Sede Social, esse edifício aqui do CCR e também toda a nossa infraestrutura precisa realmente de uma requalificação. Acho que foi bem colocado aqui pelo meu colega, esteve comigo na Diretoria, o Engenheiro Álvaro Latorre, mas faço uma observação quanto a valores. A preocupação de ter um valor de investimento, falando em metro quadrado. Metro quadrado é muito complicado. Falar em R\$3.000, R\$4.000,00 o custo de construção, isso é para fazer um imóvel em osso, como a gente chama. Nós aqui no Clube não entregamos nada em osso. Só como exemplo, o Heitor falou aqui alguma coisa sobre o prédio lá do Tênis, aquela obra consumiu R\$26.000.000,00, não foi só por problema de fundação. É que quando você faz uma obra, tem uma série, aqui no Clube, aqui a gente fala em valor de investimento, não fala em fazer uma obra. Saiu a construtora e alguém vai tocar. Você tem que fazer um enchimento. O enchimento lá no prédio do Tênis, independentemente de problemas de fundação etc., custou e custou muito. E aqui no Clube, as nossas áreas são áreas, como a gente chama, de molhadas. Qualquer projeto

que a gente faça, sabe a diferença entre fazer uma sala e fazer um banheiro. Esse é o grande diferencial que nós temos aqui no Clube. Todas as nossas instalações são instalações que tem um grande volume daquilo que a gente chama de áreas molhadas. Nós estamos falando, por exemplo, de um Centro Esportivo. Centro Esportivo não é uma obra de R\$3, R\$4.000,00 o metro quadrado. Têm vãos enormes, como aqui nós temos um vão enorme, deve ter uns 20 e poucos metros. Lá no nosso Centro Esportivo temos um vão de 40m, porque tem que acomodar quadras esportivas. Isso custa caro. Nós vamos ter piscina. Piscina tem tratamento. Nós temos uma série de áreas que levam o custo da construção, pensando em metro quadrado a valores elevados. Se lá na reforma do Tênis, com 2.431m² se gastou R\$26, R\$27 milhões, isso dá mais de R\$11 mil o metro quadrado. Por curiosidade, peguei no meu escritório – Não posso falar o nome do cliente, temos um acordo de confidencialidade – mas é uma obra que hoje está custando R\$12 mil o metro quadrado em uma escola, uma grande escola aqui em São Paulo, que tem uma área de refeitório, cozinha e uma série de serviços na parte inferior e salas de aula no andar superior. Essa obra está dando mais de R\$12.000,00 o metro quadrado, incluindo o recheio, que são materiais de cozinha e coisas desse tipo. Então, falo com relação a metro quadrado, se é que a gente tem essa preocupação, por favor, nós temos que ter referências reais. E acho que esse valor de R\$300 milhões por investimento em 40.000m² de infraestrutura, eu acho que será superior. Não sei, evidentemente, como é que nós vamos poder ter capacidade para esse investimento, mas temos que ter ciência daquilo que é necessário, porque é uma responsabilidade aqui do Conselho endereçar esse tipo de assunto. Hoje temos uma série de coisas muito boas no Clube. Temos estacionamentos bons, mas não conseguimos colocar os filhos dos associados para as atividades esportivas. E quem perde uma iniciação, nunca mais volta. E isso é uma preocupação, é uma responsabilidade da Diretoria. Queria também falar um pouco sobre o Conselheiro Palermo, que esteve aqui, para a supressão de um ponto. Acho que não cabe a gente suprimir nada nesse momento. Nesse momento temos que estudar com muita vontade e com muita certeza para poder trazer boas respostas aqui para o Conselho. O Conselho tem que conseguir decidir fora da política. Na política, a gente vai para o Tênis, a gente gosta mais do Centro Esportivo, mas nós aqui precisamos ter números limpos. E não somente números, nós temos que ter um sequenciamento. Sabe por que falo no sequenciamento? Acho que não é fazer como o Álvaro falou aqui, ter uma matriz de escolha A ou B. Não. Talvez tenha que escolher fazer um pedaço de alguma coisa, conseguir acomodar áreas do Clube, trabalhar em outra área. Mas isso nós temos que ter uma certeza aqui no Clube, como foi feito recentemente no Clube Paulistano. Uma série de investimentos ao longo de muitos anos para conseguir chegar àquilo que é necessário. Então, acredito que a gente tenha que realmente trabalhar buscando as melhores informações possíveis. Temos aí uma previsão de verba, R\$1.600.000, até a Comissão de Obras entendeu que é um valor que está adequado ao tipo de serviço. Espero que se gaste muito menos, mas temos que fazer aquilo que seja o melhor possível para o Esporte Clube Pinheiros independentemente de política, de credo, de religião ou qualquer outra coisa. Nós temos que saber o que é melhor para o Clube, como é que a gente faz a implantação de obras sem atrapalhar as diversas áreas. É muito fácil a gente ficar no achismo, quero saber o que é que efetivamente dá para fazer e como é que vamos levar isso à frente. Por isso peço aos Srs. Conselheiros que com muita responsabilidade seja aprovado esse pedido de verba, porque isso é algo que vai beneficiar o Esporte Clube Pinheiros. É isso que tinha para trazer a vocês. Muito obrigado.

João Luís Gagliardi Palermo (aparte) – Muito bem. O senhor falou de requalificação de edificações para adequação. Em sua opinião, uma edificação com mais de 60 anos, que ocupa uma área expressiva do Clube e que não é multifuncional como

característica para otimização das edificações ao longo do tempo, para que elas sirvam para mais de uma atividade, contemplando o maior número de sócios. E outra edificação com talvez 15, 18 anos de idade, que atualmente é bem avaliada, se o senhor tivesse que priorizar, manteria edificações com mais de 60 anos de idade, com custos de manutenção, como o senhor falou, diferenciados de investimento? Ou optaria por modernizar o Clube?

Carlos Edmundo Miller Neto – Veja, Palermo, acho que cada caso é um caso. Nós aqui no Clube Pinheiros temos, vamos dizer, isso não é um defeito, é uma tendência, de tentar nos segurarmos naquilo: Olha, tive uma pesquisa e isso aqui é a melhor área. Gente, temos que estudar com responsabilidade que, mesmo que a sua melhor área, que foi requalificada parcialmente há 15, 18 anos, como você falou – Aliás, aquilo ali foi algo muito superficial, porque aquela edificação também tem 60 anos de idade. Essa é a verdade. Nós temos uma edificação feita na década de 60 e que também tem 60 anos de idade e recebeu uma cobertura, vamos dizer, de um bom arquiteto, Jayme Lago Mestieri, mas que precisa ter um maior potencial. Não tenho preferência por nenhuma das áreas. Se é que tenho alguma preferência, sempre será pela área de esportes – Mas acho que aqui no Clube Pinheiros a gente não pode ter medo de encarar nenhum desafio em prol dos associados. Essa que é a minha resposta. Muito obrigado, senhores. Boa noite.

Ana Beatriz Ferreira Ribeiro - Boa noite. Posso fazer um aparte? Duas perguntas.

Carlos Edmundo Miller Neto – Fala.

Ana Beatriz Ferreira Ribeiro (aparte) – Você tem ideia de quanto custaria essa obra do Poli, o Poli 2? E seria necessário ter mais garagens para poder comportar toda essa nova demanda de vagas que serão preenchidas? Então teríamos um fluxo muito maior de sócios. Outra pergunta: O Clube tem dinheiro para fazer essas quatro obras que nós estamos fazendo estudos?

Carlos Edmundo Miller Neto – Olha, vou começar pela última pergunta. Evidentemente o Clube não tem R\$300 milhões de reais ou mais e isso é outro problema que precisamos enfrentar. Quanto às vagas eventualmente ociosas etc., acho que a Diretoria está bem mais capacitada do que eu a poder dar uma resposta. Era isso aí. Muito obrigado. Boa noite.

Andreas de Souza Fein – ... Eu começo comentando como o Conselheiro Miller falou. Depois de tantas contribuições positivas, é difícil trazer realmente muitas outras, mas eu vou tentar. Eu acho que foi muito positivo o que foi falado aqui, que nós precisamos também nos debruçar sobre as diferentes manutenções do Clube. Eu vejo uma série de equipamentos nossos que carecem de manutenções até simples: limpeza, pintura etc. Nós temos um mau hábito de não cuidar da nossa manutenção. Mas isso não é o que está se discutindo hoje, Sr. Presidente. Eu analisei todo o processo, já me manifestei aqui na reunião passada e eu entendo que o valor que a Diretoria está pedindo, eu vou mais ou menos na linha do meu colega, Conselheiro Tatit, Presidente da Comissão de Obras, que ele pode fazer alguns comentários sobre determinados escopos, mas ele não fala nada sobre o valor que a Diretoria está pedindo. Eu também concordo com o Engenheiro Miller, que se nós aqui falarmos, tomarmos como base o custo do metro quadrado, sinceramente R\$3.500,00 o metro quadrado é para uma obra bastante simples. Eu na última reunião manifestei a minha preocupação com os custos de operação do futuro edifício, que eu não sei qual será. Mas é um edifício muito mais complexo do que uma obra simples. Nós vamos ter lá

instalação elétrica à vontade, instalação hidráulica à vontade. Dependendo da quadra tem pisos especiais, não é um piso qualquer que eu possa usar e por aí vai. Então, tomar como base um valor muito modesto me parece um pouco limitante ao extremo. E eu também tenho uma observação, nós aqui somos extremamente críticos e com muita razão, muitas vezes que nós carecemos de certo planejamento, acompanhamento de execução, precisão da definição das obras e por aí vai. Ora, a Diretoria, no meu entender está querendo fazer a coisa da maneira correta, está querendo definir parâmetros corretos para escolher qual é a obra. Eu acho que aqui ninguém sabe qual é a obra. Nós temos quatro, poderíamos ter até uma quinta, que com certeza virá aqui no Conselho, que é o Salão de Festas, em algum momento virá isso aqui.

José Manssur (fora do microfone) – A Sede Social

Andreas de Souza Fein – A Sede Social, tudo mais, são obras de vulto, que também teremos. Nós não podemos ficar esperando até isso acontecer. Há obras estruturantes sobre as quais nós nos precisamos debruçar. Alguns têm preferência pela obra A, a obra B. Eu não vejo problema nenhum de a Diretoria estudar também neste momento o Fitness sobre a piscina, embora me pareça que não seja a obra prioritária. Mas acho que este é o momento de também nós a discutirmos, certo? Nós temos duas opções para o Poli 2, vamos continuar em cima do campo, transferindo o campo para os galpões, vamos fazer em cima do galpão? Não sei. Exatamente este é o motivo de nós fazermos este estudo agora, que tem que ser abrangente, tem que considerar várias oportunidades, várias possibilidades. Falamos aqui de obras de 60 anos de idade. Essa obra que será escolhida vai durar os próximos 60 anos, de preferência os próximos 100 anos. É por isso que nós temos que investir dinheiro em planejamento agora. Eu discordo da proposição do meu colega, Conselheiro Latorre, da mesma maneira que eu tomo a liberdade de discordar da proposição do Conselheiro Palermo, porque isto vai limitar as opções da Diretoria e ela tem que poder fazer um edital adequado, um edital que possa contratar os melhores profissionais para nos ajudar neste momento. Então, eu me posiciono favoravelmente à aprovação do R\$1.600.000, tal como a Diretoria pede, com a recomendação de que se faça um bom, um ótimo, o melhor edital possível para o escopo dos trabalhos, para que nós realmente façamos uma análise ampla, profunda, para que esta Casa possa escolher o melhor projeto para as nossas necessidades. Não sei se o melhor vai ser tirar o Fitness do Poli atual, mandar para a piscina, usar o que o Fitness vai deixar para as atividades, não sei. Nós vamos precisar de duas piscinas olímpicas cobertas, de uma? Não tenho a menor ideia. Isso vai ter que ser discutido. E até por outro motivo, que eu vou me permitir comentar um aparte da Conselheira Beatriz, eu não sei qual é o projeto que será escolhido, mas eu imagino que aquele que terá que ser escolhido vai ser o que melhor atende as nossas necessidades e provavelmente não será o menor projeto, será o maior projeto. Então, do que eu vejo hoje, nós certamente não temos nesse momento o dinheiro, mas não acho que isso nos deva frear, porque nós temos um fluxo de caixa, nós temos uma geração de pagamentos bastante previsível, um número bastante confiável. Então, nós temos que escolher com muito cuidado, porque o recurso é limitado. Nós temos certa previsibilidade, mas mesmo assim ele é limitado. Então, o projeto que será escolhido tem que ser muito bem escolhido. E por isso eu acho que esse investimento, é minha opinião, esse investimento que a Diretoria está pedindo está muito bem avaliado. Concluo, dizendo que eu confio que nós faremos uma boa licitação. Nós temos que entender que esse R\$1.600.000 é o limite da Diretoria. Eu não sei se vai ser fechado por R\$1.100.000, R\$1.200.000, R\$1.437,085, não tenho a menor ideia do que vai ser. Mas ela tem que ter essa flexibilidade. Esse é meu

posicionamento, Sr. Presidente, meus prezados colegas. Presidente Ivan, eu estou a sua disposição.

Ivan Gilberto Castaldi Filho (aparte) – Só uma explicação, que acho que não ficou clara para mim e para outros aqui presentes. Está se discutindo o valor do metro quadrado de construção, que já se falou de R\$3 mil a R\$11, R\$12 mil ou o valor do estudo de áreas? É uma confusão, porque está se chegando a valores de um estudo, pelo que entendi.

Andreas de Souza Fein – Presidente Ivan, é o seguinte: Quando a gente vai verificar a razoabilidade do que se gasta num projeto, costumeiramente, uma prática de engenharia, ele é um percentual daquilo que se estima custará a obra. Ora, nós estamos discutindo aqui em 40.000m². E aí alguém falou que a metragem se sobrepõe. Não, a metragem se soma, porque pode ser que nós façamos dois projetos. De novo, ninguém aqui sabe o que vai acontecer. Todo mundo, muitos têm suas preferências, mas ninguém sabe o que vai acontecer. É por isso que se discutiu o valor do metro quadrado. Se nós estamos estimando que faremos um número X de metros quadrados, que custará para este nível de construção, de qualidade de obra, R\$8 mil, R\$10 mil, R\$7 mil, R\$11 mil, R\$12 mil, não sei quanto, este valor é importante que nós tenhamos uma ideia, porque se fará a aplicação de um percentual sobre este valor. É daí que surge o metro quadrado. Ninguém está discutindo o valor final do metro quadrado. É um valor orientativo para que se tenha noção se este valor pedido pela Diretoria é razoável ou não. Eu não sei se respondi sua pergunta.

Ivan Gilberto Castaldi Filho – Você respondeu, mas não deu para ficar totalmente claro se um estudo, R\$3.000,00 é suficiente ou R\$11, R\$12.000,00 é o correto. Ficou no ar, me desculpe.

Andreas de Souza Fein – No que eu vejo da realidade das obras que acompanhei, que tem aqui no Clube e tudo mais, o valor base para nós estimarmos quanto custaria o estudo é um percentual de um valor ao redor de R\$10.000,00 o metro quadrado. A Diretoria está usando R\$8, está sendo conservadora. Então, me parece bastante razoável esse valor. Meu muito obrigado.

Andreas de Souza Fein – Obrigado.

Carlos Alexandre Brazolin – ... Se R\$1.600.000 é muito ou é pouco, a Diretoria está pedindo esse valor com algum estudo. A única coisa que acho que é errada é não seguirmos os ritos do Conselho. Nós devemos seguir as regras do Conselho. E a regra do Conselho para coisas assim, fala: Aprova e traz. Nós temos um Plano Diretor que pode ser revisado em uma reunião. Se tem um projeto do Fitness na piscina tem que ser colocado, implementado no Plano Diretor, Por que não? Faz dois anos que aconteceu a revisão. É só mandar, o Conselho aprova e nós temos essa obra inserida no Plano Diretor, por que ficar falando que não existe pensamento de fazer, não houve reuniões, não houve consultas a outros órgãos? Por quê? Para que mandar uma nota oficial da Diretoria, dizendo que não existe? Pessoal, existe, gostamos e vamos tentar aprovar. É muito simples. A Diretoria tem todo o direito de fazer isso. Então, acho que se nós aprovarmos hoje essa verba, se nós não aprovarmos algumas outras verbas que foram pedidas, este projeto tem que vir ao Conselho da maneira correta. Porque o sócio, o PDD, tem que andar. Agora, discordo quando falam que nós não vamos ter R\$320 milhões. Pessoal, nós podemos fazer todas as obras, com planejamento, com marketing, com ideias, com parcerias. Se o Minas Tênis Clube faz um PDD de uma sede inteira, que é acima de R\$300 milhões e nós temos diversas e

diversas entradas, por que não façamos isso? O Esporte Clube Pinheiros tem que andar. Acho que independentemente de qual a verba aprovada hoje, não podemos parar. Nós já paramos um bom tempo e agora nós precisamos seguir. Conselheiro Palermo, parabéns pela sua fala. Foi muito esclarecedor. Mesmo sendo seu par e tendo muitas ideias iguais às suas, algumas divergimos, foi muito esclarecedor o que você falou. Simples e curto. Também acredito que o Álvaro Latorre colocou muito bem uma ideia. Muito difícil, Álvaro, ter uma obra de R\$3.500,00. Muito difícil, mas isso não quer dizer que R\$600 mil não sejam suficientes. Mas isso é o Conselho que tem que aprovar e a Diretoria apresentar como está apresentando e mostrando coragem com isso. Vejo uma coragem de colocar números grandes que, para ser aprovado, que às vezes a gente não entende, mas eles têm que ser colocados. Por último, gostaria de pedir que a gente siga mais uma vez os ritos do Conselho. Venha a obra, venha o PDD. Se aprove e aí continue. Pode até aprovar a verba, mas que venha para ser aprovado da maneira certa, porque só jogar no meio e falar assim: Não vamos fazer porque está no meio de uma obra, pode. Aliás, não sei como a Comissão Financeira não apontou sobre isso. Era simples, era só isso: Olha, façam, se for aprovado a verba está liberada. Ninguém vai fazer em um dia só. Boa sorte, Presidente. A hora que o senhor vier aqui, boa sorte ao senhor. E vamos pensar no Esporte Clube Pinheiro sempre. Muito obrigado.

José Roberto Carneiro Novaes Junior – ... Primeiro, queria falar sobre uma coisa que foi falada aqui, o número de associados. Limitar, eu acho que é muito, porque o título não é do Clube, o título é da pessoa, pode vender para quem quiser hoje. De qualquer forma, a gente precisaria ter uma mudança estatutária. E outra, a tendência nos próximos anos do Clube é chegarmos a 22 ou 25 mil sócios, que é o número de títulos, porque cada título é um sócio e cada sócio é um título. Bom, então é isso que queria deixar explicado para a gente poder entender. Outra coisa é com relação à proposta. A proposta é estudo de uma viabilidade. Pelo slide do vídeo que foi apresentado está bem coerente com aquilo que o Padin colocou. A viabilidade, recurso, estudo de, como é que se diz?

José Manssur (fora do microfone) – Parte técnica, legal.

José Roberto Carneiro Novaes Junior – Legal, Prefeitura, todos esses itens. Outra coisa é com relação ao nosso passado. Nós tivemos muitas obras, mudou. O Fitness foi num predinho que foi feito ali, depois passou para lá. Estamos precisando aumentar, estamos precisando fazer essa obra. Nossas obras sempre fizeram, como eu coloquei aqui duas ou três reuniões atrás, o andamento das coisas, o Clube é dinâmico. Cada ano, no ano passado nós aumentamos duas modalidades. Temos que fazer tudo isso, certo? Se vocês forem olhar os projetos do Honorino, dos anos 60, onde hoje é a piscina de hidroginástica, originalmente era um jardim. Depois foi feita a cobertura e fez a piscina que está ali. Tudo isso há 60 anos. Outra coisa. ... Esse estudo, a Diretoria vem pedindo um teto de R\$1.600.000, como disse o Andreas também, é um teto. Se ela fizer por menos, ótimo para todos nós. Nós temos que sempre escolher melhor localização. Nós temos dados de obras aprovadas ou a verba para a reforma do CCR. Foi aprovada, não foi executada e ali tinham alguns valores, certo, Miller? A Sauna era um projeto também. Foi aprovada a obra e acabou sendo desmembrada em Tênis e a outra ainda por ser feita. Claro, temos CCR, Salão de Festas, isso tudo nós temos que resolver, ... tudo isso está muito defasado. E o que nós temos mais antigo hoje aqui no Clube é o trampolim da piscina, que foi feito em 1933. O resto veio tudo depois disso. Agora, com relação à manutenção, discordo bastante do que se fala que o Clube não tem manutenção. Ele tem manutenção. Manutenção é normal, manutenção preventiva existe. Não podemos somente nas horas de crises, de vendaval, disso e

daquilo, certo? É constante aqui saber se uma obra de reparo, se uma obra de melhoria, se uma obra de investimento. Eu apresentei alguns meses atrás, acho que em julho ou agosto, que sempre quando tem reunião de aprovação de contas desse tipo de obra, que se formasse uma comissão, porque os nossos Regulamentos são falhos com relação a isso. O que é obra disso, o que é obra daquilo, definir cada tipo de obra e que cabe usar qual verba. Se não, eu uso de manutenção da conta ordinária e venho trazer alguma obra que seria manutenção, trazer para Fundo de Emergência. Então, são coisas que a gente precisa ver, definir, melhorar, inclusive o que vai para licitação, o que não vai. Então, era isso que tinha a colocar.

Presidente – Senhores, não há mais inscritos. Darei a palavra ao Presidente da Diretoria. ... Neste momento vou pedir, Presidente Fiore, para novamente projetar aquele vídeo que V.Sa. nos apresentou. O Conselheiro Olavo gostaria de fazer um questionamento sobre o vídeo, pode ser?

Presidente da Diretoria, André Perego Fiore – Pois não.

- **Projeção**

Olavo Nigel Saptchenko Arfelli Meyer – É um comentário, inclusive pegando um pouco de tudo que foi falado aqui a respeito dos debates, mas a minha dúvida surgiu do vídeo, "tá", Presidente? Primeiro, é um prazer aqui falar sobre o material produzido. Queria chamar atenção que observei que tem uma ênfase no material, que traz ali que em algum momento o estudo de viabilidade abordaria a opinião do associado. E esse tema foi trazido aqui por diversos Conselheiros como um item de suma importância. Como advogado eu não tenho conhecimento o quanto o estudo de viabilidade considera a opinião do associado. Acho que esse é um tema que a gente considera até internamente, né? A gente já fez pesquisas, então, é algo preliminar em minha opinião. Então, ao analisar essa apresentação observei que existe essa ênfase, né? E caso persistam dúvidas, a gente pode, inclusive, rever o vídeo, mas me pareceu que tem essa ênfase à consulta do associado. Aproveitando esse debate de não suprimir e, sim, talvez ter um insumo cada vez maior para que depois, quando trazidos os estudos a gente possa deliberar de forma mais completa, queria fazer uma proposta, queria também questionar a Diretoria se é possível, fazer uma atualização do estudo feito em 2022 a respeito das nossas estruturas, porque acho que principalmente o cenário de filas mudou, talvez não seja exatamente aquele de 2022. Então, independentemente do que será feito tecnicamente, juridicamente e etc., acho que o Clube tem condições de rodar novamente essa pesquisa para que a gente tenha esse insumo do corpo associativo também, para quando a gente for deliberar aqui sobre as obras possa reavaliar o que o associado entende sobre as nossas estruturas. Era esse ponto que queria enfatizar aqui e pedir, se for possível, para que a gente condicione, na hora de colocar em votação, que esse estudo seja atualizado juntamente com o estudo que for feito de viabilidade. É isso. Obrigado.

Presidente da Diretoria, André Perego Fiore - ... Bom, antes de qualquer coisa, gostaria de inverter a ordem das respostas. Queria responder ao Conselheiro Olavo. Conselheiro, em relação às pesquisas de filas, sim, temos uma pesquisa atualizada, que saiu agora em 2026 e que espelha mais ou menos a mesma realidade de 2022. As maiores filas esportivas hoje ainda são o Tênis, o Judô, a Natação e a Ginástica Artística. Em relação à pesquisa com os associados queria explicitar aqui de uma forma com bastante ênfase de que a pesquisa é extremamente necessária. O anseio e a vontade do associado é absolutamente necessário, é condição *sine qua non* para se fazer qualquer obra. Todavia, Olavo, queria deixar só claro o seguinte, antes de

qualquer coisa é necessário ser feito um estudo de viabilidade, porque se a gente coloca uma pesquisa do desejo e o anseio do associado sem antes sabermos se as obras são viáveis a gente incorre num gravíssimo erro, entender a vontade do associado de uma obra inviável. Supondo que o associado escolha uma obra que seja inviável, a gente incide num erro gravíssimo. Agora, a importância das pesquisas junto ao associado é de fundamental importância. Agradeço você ter mencionado isso, porque de fato concordo com você e com muitos outros Conselheiros aqui no Plenário. Bom, Presidente, gostaria de começar respondendo alguns questionamentos que foram feitos. Primeiro, em relação ao Conselheiro Padin, concordo plenamente, Conselheiro Padin em relação à questão que foi levantada com relação aos achismos, às vontades pessoais de cada um. Eu acho que todos nós temos isso, porque nós amamos o Pinheiros. E a gente quer que dentro do nosso Clube sejam feitas as coisas que a gente mais quer, que a gente mais gosta, que a gente mais tem vontade de que sejam realizadas. Então, eu compartilho com você essa mesma percepção de que, infelizmente, a paixão toma conta da gente nesse momento tão importante, que é de aprovar a obra. Então, a gente tem que tentar fazer uma avaliação sem viés político, 100% concordo com você, Padin. Importante dizer também que nunca haverá unanimidade nas escolhas, porque infelizmente existe sempre e sempre existirá um viés de paixão, passional. E a gente não tem como evitar isso. Por isso que a gente quer ser mais matemático, mais claro, mais calculista possível, para que a gente não incida em nenhum erro e fazer nenhuma escolha que esteja muito envolvida a paixão. Os estudos trarão à tona a realidade, a realidade das nossas necessidades e do quanto as obras serão viáveis. Sem eles, pessoal, a gente estaria dando um tiro no escuro. Isso é muito importante ser dito, Padin. Deixe-me, antes de comentar um questionamento que você fez, que vou comentar por último, Padin, quando comentar a respeito do pronunciamento do Presidente Brazolin, vou passar só para responder alguns questionamentos feitos pelo Conselheiro Paradedda e dizer que a matemática que foi feita em relação aos cálculos desse pedido se dá como alguns Conselheiros aqui já falaram, pela metragem da obra, pelo valor da construção e pelo percentual envolvido nesse valor de construção e de metragem. Por isso que a gente chegou ao valor de R\$1.600.000. A pesquisa ao associado, conforme falei com o Conselheiro Olavo, é de fundamental importância, nesse ponto concordo 100% com o Conselheiro Paradedda. Em relação às reformas e manutenção. Queria expor aqui um dado a todos, pessoal, que hoje a Diretoria executa mil ordens de serviço por mês, ordens essas de manutenção e melhorias no Clube. São mil ordens de serviços por mês. Em relação às chuvas, tenho muito contato com todos os Presidentes dos clubes coirmãos do Pinheiros, Paulistano, Paineiras, Hebraica e Harmonia e queria dizer a vocês que nós, em 24 horas, estávamos com todas as nossas instalações funcionando após aquelas chuvas torrenciais. Os clubes coirmãos nossos ficaram três, às vezes quatro dias com algumas instalações fechadas em função da chuva. Isso mostra a eficácia do nosso Departamento de Patrimônio, que queria agora formalizar, Presidente, parabéns ao Departamento de Patrimônio pela eficácia, eficiência e pelo trabalho árduo e duro que eles fizeram. Em relação ao comentário do Conselheiro Álvaro Latorre, também concordo, Conselheiro, que é de fundamental importância que nós tenhamos isso para tomar a decisão correta. Nesse ponto a gente está absolutamente alinhado. Eu me dou o direito de divergir um pouco em relação aos valores que o senhor apresentou, Conselheiro, que não dá para a gente considerar R\$3.500 o metro quadrado de uma obra pinheirense como um valor viável para a gente analisar um estudo de viabilidade, é impossível. R\$3.500 o metro, acho que nem a obra do Tênis, que seria a obra mais barata, a gente conseguiria fazer. Então, seria uma imprudência da minha parte, Conselheiro, pedir ou aprovar ou pedir um estudo de viabilidade nesse valor, poderia incidir no erro e seria uma irresponsabilidade da minha parte e ia apresentar para esse Conselho um trabalho incompleto e que não espelharia a

realidade das nossas necessidades. Então, me permito discordar disso, até porque, como bem falou o Conselheiro Heitor, que a obra do Tênis custou R\$11.000,00. Claro que foram inúmeras as intempéries, mas tem uma questão importante nela. A obra do Tênis não tinha subsolo e as nossas obras talvez tenham. Então, o subsolo aumentaria de sobremaneira o valor das obras. Então, entendo o motivo pelo qual a obra do Tênis custou mais do que deveria, mas seria também uma imprudência da nossa parte calcular uma obra da magnitude do Pinheiros a R\$3.500,00 o metro, seria totalmente imprudente. Acho que isso seria praticamente impossível. Em relação ao Conselheiro Palermo, queria dizer o seguinte, também concordo com você, Palermo, em relação aos achismos que a gente tem no Clube. Os achismos de que o Fitness precisa mais ou precisa menos, o Fitness não pode ser ali ou pode ser aqui. Para isso a gente vai precisar do estudo. Acho que não gostaria de debater sobre achismo aqui, porque sei a vontade de alguns grupos políticos aqui e a vontade de outros grupos políticos aqui. Mas, pessoal, pediria nesse momento que a gente esquecesse as nossas vontades e os nossos desejos e olhasse somente para a realidade e para a necessidade de um estudo mais acurado em relação ao que a gente vai fazer. Pessoal, essa reunião é de suma importância. A gente vai decidir o futuro do Pinheiros nos próximos 30 anos, isso é de muita responsabilidade de cada um de vocês. A gente querer votar na obra A porque a gente não gosta da obra B, é uma imprudência absurda. Em relação ao PDD que o Conselheiro Palermo levantou, acho que o PDD é uma peça de suma importância, ela absolutamente tem que ser respeitada, não tem a menor dúvida disso. No entanto, Conselheiro, como você mesmo mencionou, é uma peça dinâmica e precisa ser revista a todo o momento, até porque se não tivesse que ser revista a gente teria que ter seguido com o PDD de 1970, talvez ou, antes disso, então, tem que ser revista. E a melhor forma de revisar um PDD é fazendo um estudo de viabilidade para que a gente possa elucidar os nossos Conselheiros qual é a melhor obra e quais são as melhores obras, até porque esse estudo não vai nos dar a vencedora, vai nos dar a viabilidade das quatro obras. Então, uma vez tendo isso em mãos é muito fácil para o próprio Conselheiro, faço minha as palavras do Conselheiro Marlon, de que com esse instrumento em mãos, a gente consegue fazer uma revisão muito mais acurada do PDD. Não adianta a gente querer revisar o PDD agora sem saber se as obras são viáveis. Quer dizer, vou colocar no PDD, por exemplo, que o Poli 2 é uma obra importantíssima. De fato é, mas é viável? Então, o que adianta eu revisar o PDD antes de ter isso em mãos? Seria uma inversão da necessidade das coisas. Não há como a gente querer aprovar, revisar um PDD sem antes ter esse estudo em mãos. É de suma importância que a gente aprove isso para que possa inclusive, com muito mais clareza revisar o nosso PDD. Mas agradeço muito, Conselheiro Palermo, pelo pronunciamento e pelo alerta em relação a isso. Bom, em relação ao Conselheiro Fein, também concordo com você, Conselheiro Fein, que esse é um valor muito modesto. A gente colocar um valor de R\$3.500 o metro quadrado de uma obra, das obras de tanta importância do Pinheiros, nesse valor seria um valor extremamente modesto e de alto risco para que a gente aprove. Acho que seria, a gente corre o risco de ter que pedir novamente mais verba para fazer outro estudo. Isso demoraria mais alguns meses e esses meses a gente infelizmente não tem mais, em função da urgência e do colapso que as filas esportivas estão. Ao meu caríssimo Presidente Brazolin, prezado Presidente, gosto de ouvi-lo porque sei o quanto o senhor compartilha comigo dos mesmos problemas, já compartilhou e hoje sinto na pele o que você sentiu e sei que a cadeira é elétrica, mas a gente aguenta porque é esportista, né, Brazolin? Primeiro, quero te agradecer muito pelo pronunciamento, dizer que os ritos do Conselho são importantíssimos. Concordo, mas repito o que falei ao Conselheiro Palermo, a gente não pode ignorar o PDD, não tem a menor dúvida disso, só pode revisá-lo com isso em mãos. Sem termos isso em mãos é imprudente que revise o PDD, totalmente imprudente, a gente não vai ter elementos suficientes para poder fazer essa

necessária revisão ao PDD. Queria também dizer, Presidente Brazolin, que fiz sim reuniões na Presidência com vários grupos políticos, fiz inúmeras reuniões para mostrar desejos, vontades, anseios de associados sobre estudos de algumas obras. Ainda faço e faço isso de forma extraoficial, por quê? Porque é função da Presidência, da Diretoria ouvir os Conselheiros, todos eles, é de suma importância. Trago todo momento Conselheiros à minha sala para que a gente possa conversar, ouvir, debater. Debater ideias e fiz sim, fiz essas conversas, inclusive com o Conselheiro da Pinheirenses – O Gersinho estava lá comigo e outros e outros, o Arnaldo Osse, o Tatit – fizemos inúmeras conversas. São pessoas que inclusive contribuíram muito para que a gente possa tomar uma decisão sábia, que é essa, de pedir a aprovação de quatro estudos de viabilidade. Eles contribuíram sobremaneira, assim como você e outros Conselheiros aqui contribuíram sobremaneira para que consiga, que conseguisse chegar nessa conclusão de que é necessário fazer quatro estudos de viabilidade. E esse mesmo Plenário quis isso, na última reunião de março, de fevereiro, desculpa, foi bem clara a exposição que o Plenário deu a todos nós de que a gente precisaria fazer um estudo de viabilidade das quatro obras. Por fim, queria dizer a todos que queria também fazer minhas as palavras do Diretor Serine, quando ele disse que a gente acabou de fazer uma obra ou estamos acabando de fazer uma obra no Fitness e foi aprovada por esta Casa. Somando-se equipamento e obra de alvenaria a gente aprovou algo como R\$1 milhão – Me corrija, Diretor Serine, se estiver errado – mas algo como R\$1.500.000 a R\$1.600.000 ou pouco mais do que isso, essa Casa aprovou R\$1.600.000 e a gente fez as obras. Compramos os equipamentos por R\$1 milhão e 400 e alguma coisa. A gente teve uma economia de R\$260.000,00. Faço questão de trazer isso para esta Casa, porque vai ser da mesma forma que vou trazer quando a gente fizer o estudo de viabilidade. Se fizer por menos de R\$1.600.000 vou trazer cada centavo aqui do processo licitatório e de como a gente conseguiu economizar o dinheiro do associado, o dinheiro do pinheirense. Mais do que isso, também gostaria de dizer, isso já foi dito na apresentação, de que se a gente aprova esse valor hoje, imediatamente, ato contínuo eu vou nomear uma comissão pluripartidária com vários Conselheiros para que a gente elabore o escopo dessa licitação e que seja feito da melhor forma possível, atendendo aos anseios de todos os Conselheiros, todos os vieses políticos desta Casa. Por fim, só queria reforçar também a apresentação de que isso não é uma aprovação de obra, pessoal, é uma aprovação de verba, liberação de verba para o estudo de quatro possíveis grandes obras que esse Clube precisa. Não tenho preferência por nenhuma. Todas são de suma importância e todas vão atender o mote maior dessa gestão, que é diminuir ou acabar com as filas esportivas. Pessoal, estudos e planejamentos não são gastos, é a forma mais inteligente de se mitigar gastos futuros e futuros desperdícios.

Ana Beatriz Ferreira Ribeiro (aparte) – Fiore, queria fazer uma pergunta. Nesse estudo não vi contemplar parte de segurança nem setorização, setorização por modalidade. Por que estou falando isso? Porque hoje vejo que determinadas modalidades que são somente para sócios sofrem com torcidas de outras modalidades, como é o caso do pessoal que está no Poliesportivo, que é modalidade somente para sócios, como RPG, fisioterapia, ioga e a gente sofre com a torcida, do grupo Poliesportivo, das modalidades que tem os campeonatos. Então, acho que isso é uma coisa importante. E a outra coisa é segurança, porque as torcidas entram no Clube e a gente não tem controle nenhum. A gente já teve casos de furtos, que foram de torcidas e a gente está tendo um problema de lotação muito grande, principalmente em nossos restaurantes nos finais de semana. E não só restaurantes, lanchonetes, elevadores, banheiros.

André Perego Fiore – Isso será avaliado sim nos estudos, inclusive estava na apresentação em relação a isso. Mas isso será avaliado e obviamente estará contemplado no escopo da licitação feita pelas Comissões.

Ana Beatriz Ferreira Ribeiro – Esse estudo também vai contemplar as demandas atuais e futuras?

André Perego Fiore – Sem dúvida, planejamento do futuro, claro.

Ana Beatriz Ferreira Ribeiro – Obrigada.

André Perego Fiore – Obrigado, Presidente.

Presidente – Obrigado pelos esclarecimentos, Presidente Fiore, sempre objetivo. Tenho certeza que o Plenário terá condições de deliberar. Vamos à votação, senhoras e senhores. Antes, porém, gostaria de fazer uma consideração, até para que nós pudéssemos orientar e, bem orientar o Plenário de como decidir. Temos uma proposta da Diretoria de pedido de autorização para utilizar recursos do Fundo Especial no valor de R\$1.600.000,00 para a contratação de estudos multidisciplinares para quatro edificações em áreas distintas. Entendo e quero consultar o Plenário se também entende desta forma, que tanto a emenda apresentada pelo Conselheiro Álvaro Latorre quanto à emenda apresentada pelo Conselheiro Palermo, se aprovada a proposta formulada pela Diretoria, estariam automaticamente prejudicadas. E por que digo isso, em respeito ao Plenário? Porque os senhores e as senhoras estarão, ao decidir pela aprovação da proposta encaminhada pela Diretoria, não só considerando o escopo nela previsto, ou seja, os quatro estudos multidisciplinares nas áreas distintas do Clube quanto também o valor. E, conseqüentemente, se os senhores concordarem com a proposta, a emenda apresentada pelo Conselheiro Latorre, que diz respeito tão somente à redução do valor de R\$1.600.000 para R\$600.000,00, quanto à emenda do Conselheiro Palermo, de supressão de um dos escopos, que seria a Academia Pinheiros, V.Sas. estariam discordando da proposta originalmente apresentada pela Diretoria. Se esse entendimento da Presidência estiver correto, procederei desta forma, submetendo aos senhores e as senhoras o quesito tão somente com relação à proposta formulada pela Diretoria e, conseqüentemente, se aprovada, ficariam prejudicadas tanto a emenda do Conselheiro Latorre quanto a emenda do Conselheiro Palermo. Podemos proceder desta forma? (Pausa) Vamos então projetar o quesito. (Projeção) Conselheiro Olavo.

Olavo Nigel Saptchenko Arfelli Meyer – Sr. Presidente, quantos assinaram?

Presidente – Conselheiro Olavo, 170 Conselheiras e Conselheiros assinaram a sua presença.

Alberto Sansiviero Junior – Entendo que a emenda deveria ter preferência.

Presidente – A única preferência regimental é emenda substitutiva e dela não se trata. Estamos falando de uma emenda supressiva e uma emenda modificativa. Então, somente a substitutiva que teria preferência. Consultei o Plenário e entendi que o Conselho está suficientemente esclarecido.

João Luís Gagliardi Palermo – Aí as opiniões que são a favor de todas as obras, mas não concordam com o valor ficam completamente desvalorizadas, porque quem

concorda com todos os quatro estudos, mas não entende que o valor pleiteado seja o mais correto para os estudos não tem opção de fazer a manifestação, não ser negar.

Presidente – Mas aí ele rejeitará a proposta da Diretoria.

Paulo Eduardo Blumer Paradedda – Não, perdão. Existem duas emendas para baixar o valor.

Presidente – Uma delas para baixar o valor e a outra para suprimir, com a redução proporcional.

Paulo Eduardo Blumer Paradedda – Exato, se elas não forem votadas nem sequer existirão. Elas precisam ser votadas antes para serem negadas ou aprovadas.

Presidente – A preferência não existe... Vou esclarecer, Conselheiro Paradedda. A preferência regimental, isso somente com relação à substitutiva. Tanto uma quanto a outra não se enquadrariam em emenda substitutiva. Mas, com relação aos valores e ao escopo entendi que se o Conselheiro entender que deva aprovar a da Diretoria, as demais ficariam prejudicadas. V.Sa. tem razão ao dizer que há uma possibilidade de o escopo ser aprovado e, mesmo assim, reduzir o valor. Então, se por acaso a proposta da Diretoria não for aprovada, rejeitada, submeterei ao Plenário a emenda de valores inferiores. Eu acho que essa que atenderia ao escopo que está... Podemos continuar?

Paulo Eduardo Blumer Paradedda – Com todo respeito, entendo o contrário. Na medida em que existem duas emendas diferentes pleiteando baixar o valor, substituir etc., uma vez votadas passa a integrar a terceira votação, que vai ser a votação do valor final de aprovação ou não com o valor. Acho que isso fica claro, porque votar depois da aprovação, aí já está aprovada, não tem mais porque votar as emendas. Esse é o meu entendimento. Obrigado.

Álvaro Rafael Mendes Latorre – Entrei com essa emenda modificativa e declaro que a intenção, primeiro, era aprovar o pleito da Diretoria, desde que seja reduzido o valor para R\$600.000. E só comentando que vários Conselheiros, colegas comentaram sobre o número de R\$3.500,00 o metro quadrado.

- Manifestação de Conselheiros no plenário.

Álvaro Rafael Mendes Latorre – Só quero, um momentinho só, por gentileza, que isso interfere, sim.

Presidente – Conselheiro Latorre, por favor.

Álvaro Rafael Mendes Latorre – A estimativa que cheguei a R\$600.000, pode ser baseada num número de R\$3.500,00, que é um número aleatório, que quando você estuda a viabilidade...

- Manifestação de Conselheiros no plenário.

Presidente – Por favor, vamos ouvir o Conselheiro Latorre.

Álvaro Rafael Mendes Latorre – Quando estuda viabilidade você não tem ainda, é um estudo de massa, é um estudo de blocos, você não tem um padrão definido, se é 12, é 8 ou é R\$3.500,00, inclusive, até o próprio Cândido Padin comentou, você pode

utilizar por horas de trabalho. Então, repito para vocês que o custo de construção adotado, R\$3.500,00, óbvio, talvez não espelhe a realidade da construção, mas é seguro para se adotar para estudo de viabilidade. É isso que queria comentar com todos vocês.

Presidente – Conselheiro Fein.

Andreas de Souza Fein – Sr. Presidente, acho que a sua linha de raciocínio foi muito clara. Se aprovada a proposta de R\$1.600.000, as duas emendas ficam prejudicadas, porque quem pode o mais, também pode o menos. Se você aprovou R\$1.600.000,00, obviamente, já as outras estão prejudicadas. O senhor já perguntou para o Plenário, o Plenário já concordou. Quem discordar da proposição da Diretoria é simples, aperta 2, não tem problema nenhum. Se a proposição da Diretoria for rejeitada, o senhor coloca, não sei em que ordem, por...

André Franco Montoro Filho – Posso fazer uma proposta? É o seguinte, podemos votar a proposta da Diretoria inteira, sem prejuízo das emendas, está certo? Aí está aprovada, você discute só as emendas, se aquilo tudo vai ser R\$1.600.000, vai ser R\$500, R\$600, não interessa. Eu vou votar de acordo com a proposta total da Diretoria, mas por uma questão que acho de honestidade intelectual, a posição de outros deve ser considerada. E aí você consegue juntar as duas coisas. Como é o procedimento normal, vota sem prejuízo das emendas.

Presidente – Então, faremos. O Plenário já havia decidido e vou encaminhar a votação da forma como inicialmente foi decidido. Está aberta a votação.

Votação (utilizando-se keypad)

Quesito: As Conselheiras e os Conselheiros aprovam o pedido de autorização formulado pela Diretoria, para utilizar recursos do Fundo Especial no valor de R\$1.600.000,00, para a contratação de estudos multidisciplinares de viabilidade técnica, operacional, legal e econômica, visando avaliar alternativas de 4 edificações em áreas distintas, conforme o zoneamento estabelecido pelo Plano Diretor de Desenvolvimento (PDD), objeto do processo CD-27/2025?

Resultado: 84 votos SIM, 59 votos NÃO, NÃO HOUVE ABSTENÇÕES.

Presidente - Está aprovado o pedido de autorização formulado pela Diretoria, para utilizar recursos do Fundo Especial no valor de R\$1.600.000,00, para a contratação de estudos multidisciplinares de viabilidade técnica, visando avaliar alternativas de 4 edificações em áreas distintas, conforme zoneamento estabelecido no PDD.

Itens 4 - Apreciação do processo CD-12/2024, referente à primeira discussão e votação de proposta subscrita por cinquenta e cinco Conselheiras e Conselheiros, de alterações no Regimento Interno do Conselho Deliberativo, a saber: alteração do “caput” e supressão do §7º, do Art. 37.b; criação de inciso IV no Art. 70, criação do Art. 71.a, alteração do “caput” e criação de parágrafo no Art. 74, criação do Art. 74.a e criação do Art. 83.a, com um parágrafo.

Pronunciamentos:

Presidente – Trata-se de proposta de iniciativa do Ilustre Conselheiro Luiz Carlos Junqueira Franco Filho, subscrita por outros cinquenta e quatro Conselheiras e Conselheiros. No prazo regimental não foram apresentadas emendas. Foi ouvida a Comissão Permanente Jurídica, que se manifestou nos seguintes termos: Que é possível afirmar que a redação apresentada está clara e sintética, ou seja, em harmonia com os dispositivos do Regimento Interno do Conselho Deliberativo. Por fim, não há como deixar de registrar que as propostas de alteração das reuniões do Conselho Deliberativo refletem uma legítima preocupação dos proponentes com a transparência dos trabalhos ali realizados, aproximando-o aos anseios do associado, especialmente pela preocupação ali manifestada de que *“o voto do conselheiro fique registrado e seja divulgado para os associados”*. Daí a importância de que essa proposta seja discutida e colocada em discussão pelo Conselho Deliberativo. O Conselheiro Daniel Pereira de Almeida Araújo, se encontra presente? (Pausa) Enviou hoje um requerimento de votação nominal da matéria, que será apreciado no momento oportuno. Esclareço que se a matéria for aprovada em primeira discussão, demandará uma segunda discussão, neste caso, por se tratar de alteração de Regimento, sendo a última somente para redação final, tal como prevê o Art. 60, inciso III, do Regimento Interno desta Casa. A matéria está em discussão.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Boa noite a todos. Em primeiro lugar, acho uma pena que um tema desses fique tão prejudicado, que seja pautado já às 11h da noite. Isso esvazia, as pessoas ficam menos dispostas a apreciar os temas e prejudica. Prejudica uma deliberação melhor de um tema que eu reputo de muita importância. Ainda por cima, porque essa proposta está subdividida em três itens. O item referente à Voz do Conselheiro, o item referente ao que eu chamo de voto aberto ou voto eletrônico e o item referente à filmagem e à transmissão, a disponibilização da nossa transmissão eletrônica. Eu queria começar, Presidente, pelo voto aberto, na verdade porque é o mais importante. Os outros itens são secundários e depois o senhor delibera se vão ser apreciados conjuntamente ou separadamente. Eu deixo ao seu critério. Mas em relação ao voto eletrônico, que surgiu e muito bem implementado numa situação excepcional, numa situação de pandemia, na verdade a necessidade prática atropelou a norma jurídica, porque nós não temos previsão para isso aqui. Isso aqui não está previsto no nosso Regimento. O nosso Regimento prevê três formas de votação. A regra é a votação simbólica, que nada mais é do que o sente e levanta. E isso está bem claro no Art. 71 do Regimento, que diz o seguinte: No processo simbólico, os Conselheiros que votarem a favor da matéria em deliberação permanecerão sentados até proclamação do resultado; obviamente os que forem contra ficarão em pé. Ou seja, o sente e levanta é o voto simbólico, ponto final. Não existe outra modalidade de voto simbólico. E aí nós temos as modalidades excepcionais. O voto nominal e o voto secreto, ambos, como o senhor relatou, a requerimento e mediante deliberação de Plenário. Ou seja, temos uma regra, temos

duas exceções e cadê o voto eletrônico? Voto eletrônico simplesmente não existe. Então ele precisa ser regulamentado e a gente está há quatro anos numa situação irregular. O voto eletrônico é ótimo, é conveniente, mas a rigor, a rigor, se alguém quiser, dentro do prazo, questionar qualquer votação. Votação anterior se quiser questionar tem o vício formal, não foi feita na votação simbólica, não foi feita na votação nominal e não foi feita na votação secreta, como manda a requerimento, porque a votação secreta pressupõe requerimento, ela não pode ser feita de início. E o que nós estamos fazendo é fazer uma votação secreta de início, porque a votação nesse aparelhinho aqui, na prática é secreta, não é divulgada. O senta e levanta, por mais que o voto não seja registrado, qualquer pessoa, e nós temos associados aqui presenciando, as pessoas da internet, a pessoa pode saber como que o Conselheiro que ela votou se comporta, se sentou ou se levantou. Então, o voto simbólico é um voto aberto. O voto eletrônico, não, é um voto secreto, irregular, porque não tem, de novo, o requerimento. Então, por conta disso, essa proposta tem um aspecto jurídico importantíssimo, é um imperativo jurídico porque visa sanar uma irregularidade. E se ela não for aprovada, o que acontece? Se ela não for aprovada, o voto simbólico tem que ser restabelecido, porque se ela for aprovada, significa o seguinte, que o voto eletrônico não foi admitido. Então, a gente tem que abandonar isso daqui até uma nova proposta. Então essa é a consequência lógica, jurídica, imediata de uma negativa dessa proposta de alteração regimental. Se ela for aprovada, aí andando um pouco mais além, a consequência dentro da proposta é em prol da transparência, em prol da publicidade, em prol da proximidade do Conselho com o associado. Ou seja, o voto volta a ser aberto, como sempre foi, como sempre deveria ser e ele passa nessa modalidade eletrônica, que é diferente da nominal, porque a nominal é um a um, nessa modalidade eletrônica, os votos vão ser publicados em ata ou na resolução. Aí acho que pode ficar a critério da segunda votação, uma Comissão de Redação para aprimorar isso. Mas a ideia é que o voto fique publicado. E isso é evidente à medida que somos representantes do associado. A nossa opinião tem que ser exposta, tem que ser posta às claras para o associado. A gente não pode, o Conselho não pode simplesmente prometer X para o associado e no conforto do voto secreto votar Y. Isso é uma traição do mandato e nós não podemos mais conviver com isso. Nós não podemos mais conviver com voto secreto como regra. O voto secreto, sim, ele tem alguns lugares que ele precisa ser implementado e essa proposta inclusive traz esse aperfeiçoamento quando determina que o voto passe a ser secreto nos julgamentos disciplinares, que nesse Conselho envolve exclusão de associado. E por que isso? Por que essa exceção para o voto secreto? Porque quando nós julgamos uma expulsão nós não agimos como parlamentares, a função de parlamentar precisa ser exposta, precisa ser trazida e explicitada para o associado. Agora, num julgamento de expulsão, esse Conselho atua como verdadeiro júri. E é da essência do júri a confidencialidade da convicção de cada jurado. Por isso, a proposta é voto aberto com divulgação em ata em prol da transparência, em prol do saneamento da irregularidade que hoje existe. E voto secreto, além da possibilidade de, a requerimento em casos peculiares, a ser deliberado pelo Plenário, voto secreto em casos disciplinares. Então, esse é o núcleo da proposta e que eu pediria o apoio dos senhores. E, Presidente, agora regimentalmente, eu não sei se votamos esse ponto primeiro e depois os outros dois pontos relativos à Voz do Conselheiro e filmagem.

...

Pedro Paulo Wendel Gasparini (aparte) – Concordando com a sua posição, mas me veio em mente uma questão técnica jurídica antecedente. O senhor acha que na quesitação, na hora da votação, este Plenário, esta Assembleia tem que ratificar então os votos anteriores? Porque aprovado hoje, ele vale daqui para frente. E por uma

questão assemblear, para não ficar pairando essa espada de Dâmoçles na cabeça da gente, nós temos que ratificar os atos pretéritos. É como gostaria de encaminhar essa dúvida para o Conselheiro.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Eu não tenho nenhuma oposição em relação a essa proposta. Iria até além, como os votos são irregulares e há uma proposta de voto nominal eu iria um pouco além, vamos fazer o que o Regulamento prevê, então, em vez de voto nominal, a regra é voto senta e levanta. Então, a gente poderia fazer o senta e levanta nessa votação e, depois, aprovado, ratifica-se todas as votações para que não se tenha essa nulidade, que existe sim, se nós não deliberarmos de forma contrária. Então, muito obrigado. Essas eram as considerações.

Presidente – Obrigado, Conselheiro Luiz Carlos. Conselheiro Paradedá, antes, porém, de conceder a palavra a V.Sa., gostaria de fazer um esclarecimento ao Plenário, até porque eu devo fazer aqui um registro, um registro de uma deliberação feita por este Plenário em abril de 2022, há quatro anos, em que S. Exa., o Presidente do Conselho Deliberativo, à época, nosso querido, estimado Conselheiro Efetivo José Mansur trouxe à época, em razão da Covid-19 a implementação do uso do keypad. Naquela ocasião ele deixou muito claro ao Plenário, que, por sua vez, não procedeu a qualquer tipo de impugnação a esse procedimento. Vou tomar a liberdade, até porque é importante esse esclarecimento em respeito ao Conselheiro Luiz Carlos: De forma alguma quero que o Conselheiro Luiz Carlos interprete este meu esclarecimento ao Plenário como algo que esteja em desacordo ao mérito de sua proposição. De forma alguma. Aqui, a missão do Presidente é esclarecer o Plenário, ao meu ver não há qualquer irregularidade praticada por este Plenário, seja porque à época não houve qualquer tipo de impugnação e, naquela época o Plenário foi suficiente e expressamente esclarecido do que se tratava. E por isso vou tomar a liberdade de reproduzir as palavras do nosso querido Presidente de sempre, José Manssur. Disse o Presidente de sempre, José Manssur: “Peço licença às senhoras e senhores para lembrar que a lista de presença será encerrada às 20:30 horas. Portanto, o Conselheiro que não tiver assinado a lista de presença até este horário, somente poderá tomar parte nas discussões, sem direito a voto. E como eu houvera prometido aos senhores na assentada anterior, estamos com os aparelhos de aperfeiçoamento da votação simbólica pelo método eletrônico, isso vai lhes dar o conforto de não termos mais que sentar, levantar, permanecer como estamos e termos certas dificuldades na conferência das pessoas que votaram de uma forma ou de outra. No momento azado prestarei os esclarecimentos, mas o número 1 será o voto sim, o número 2 o voto não, o número 3 a abstenção. Então, a promessa que fizera aos senhores e é nesta última reunião da atual legislatura, procurei cumprir tudo que foi possível e cumprimos mais esta. É um avanço, é uma forma de outorgar mais segurança jurídica a este Egrégio Plenário para que continue a desenvolver e tenho certeza que o fará, essa sua nobre missão de deliberar, de julgar, de legislar em prol de nossa gloriosa Instituição”. Então, naquela assentada, o Presidente, então Conselheiro Efetivo José Manssur, esclareceu ao Plenário que o uso do equipamento seria a votação simbólica pelo método eletrônico e não houve nenhuma objeção. E aí, esclarecendo mais uma vez o Plenário, diante desta deliberação, desde então adotou-se este procedimento. E por que digo ao Plenário que a meu sentir, claro, com todas as vênias daqueles que entenderem o contrário, não se cometeu irregularidade alguma desde então, porque o Art. 92, muito embora não tenha expressamente em nosso Regimento, dispõe que: “As deliberações do Conselho interpretando Estatuto Social, Regimentos ou casos omissos constituirão precedentes anotados para serem observados como normas estabelecidas”. Desde então, uma vez assentado naquela oportunidade que adotariamos o keypad como votação simbólica e não houve

qualquer impugnação do Plenário, aquela deliberação tem força de norma e assim nós procedemos. Claro que, Conselheiro Luiz Carlos, de forma alguma eu quero aqui adentrar no mérito da sua proposição. Se o Plenário entender que sua proposição deve ser admitida, após a segunda discussão, já que estamos tratando de alteração regimental, implementaremos da forma como V.Sa. e os demais subscritores propuseram. Esse era o esclarecimento que gostaria de fazer ao Plenário, que a meu não há irregularidade alguma. Essa irregularidade, se houve, foi suprida naquela assentada e, desde então, seguida como norma, tal como prevê o Art. 92 de nosso Regimento. Esse é o esclarecimento que gostaria de fazer ao Plenário.

José Manssur – Apenas um complemento. Vou me inscrever, não estava, para fazer algumas colocações perfeitas, mas só conceituais. Mas em homenagem ao Plenário, porque pelo que entendi do aparte do ilustre Conselheiro Paulo Gasparini, tenho que fazer esclarecimento pelo princípio da segurança jurídica. O que o senhor explanou é perfeito e o notável saber jurídico de ambos, quer do Conselheiro Junqueira que está na tribuna, e do Dr. Paulo Gasparini, que sei da sua atuação, nos atos societários ou associativos, havendo a deliberação, nas reuniões seguintes, tirante o prazo da prescrição, nas reuniões seguintes, se não houver objeção, os atos estão confirmados em homenagem à segurança jurídica das senhoras e dos senhores. Não há que se cogitar, se isto for aprovado, o efeito, desculpe o latim, trago para o vernáculo, mas em homenagem, é *ex nunc*, porque o passado, *ex tunc* já está convalidado, conforme o Presidente falou, nenhuma deliberação do Plenário. É bom que isso fique esclarecido. E vou me inscrever para poder, já adianto, Sr. Presidente, fazer a distinção entre o que é votação ostensiva – Fui aos livros e fui aos estudos neste fim de semana – O que é votação ostensiva, as subespécies das votações ostensivas e as votações secretas. Era este esclarecimento, apenas em homenagem à segurança jurídica.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Poderia só fazer um esclarecimento?

Presidente – Não tenha dúvida.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Muito obrigado. Entendo perfeitamente a excepcionalidade da medida e no contexto em que ele foi feito. Foi feito na pandemia e o voto, a votação simbólica, essa votação aqui foi muito bem-vinda, porque realmente isso é uma modernidade e tem que ser trazida. A minha ideia é realmente que isso seja feito daqui para frente. Não quero revirar o passado. Mas é meu dever pontuar as questões irregulares e, considerando, aí é outra interpretação jurídica, considerando que essa questão, essa irregularidade seria algo continuado, então, a partir do momento em que isso está sendo posto no Plenário, não dá para se alegar mais desconhecimento e convalidação de uma prática errada. Então, informo os senhores e peço que quem puder aqui me questionar, mas a prática está irregular, a prática precisa ser corrigida. Então, insto aos senhores para corrigir daqui para frente, perfeito? Para que não se revire também essas questões. Muito obrigado.

Presidente – Respeito a opinião de V.Sa., a Presidência entende que não há irregularidade alguma face as considerações que apresentei.

Luís Eduardo Dutra Rodrigues – Eu só queria um esclarecimento. O senhor citou o Art. 92 do Estatuto Social?

Presidente – Não, não, Regimento Interno.

Luís Eduardo Dutra Rodrigues – Ah, Regimento Interno do Conselho?

Presidente – Sim.

Luís Eduardo Dutra Rodrigues – Ah, “tá”. O senhor entende, portanto, que passou se estabelecer como norma, mesmo que não tenha ocorrido uma resolução, não houve uma votação? Foi uma informação que na época o Presidente Manssur fez ao Plenário, isso se transformou numa, como não houve contestação, para deixar de uma forma muito clara, não houve contestação e nas sessões seguintes se adotou essa regra de utilização, isso se tornou uma norma. Mas isso está previsto no nosso Regimento? O Art. 92 é muito claro. Eu quero deixar isso para que o Plenário fique absolutamente esclarecido, até porque eu entendo o seguinte, porque a votação via o keypad, por ser simbólico, até o Presidente Manssur informa que colocaria esse tipo de votação eletrônica, mas que valeria de forma simbólica, e ele tem, como disse até o Conselheiro Junqueira, tem uma identificação de quem vota quando senta e levanta. Aí eu lhe perguntaria, é admissível que, permanecendo a situação em que nós estamos, a requerimento de um Conselheiro o senhor informe quem votou contra ou votou a favor? Isso é importante esclarecer.

Presidente – Muito importante, muito importante, porque o Regimento Interno do Conselho também responde a esse questionamento que V.Sa. me formulou, exatamente no Art. 69, então, antes de responder precisamente e, desculpe, Conselheiro Paradedá, me dê um minuto, por favor.

Paulo Eduardo Blumer Paradedá – Fique à vontade.

Presidente – Antes de responder a essa questão e trazer ao conhecimento de todos, muito embora todos saibam de nosso Regimento, é certo que, como bem disse o Conselheiro Luiz Carlos, nós temos três procedimentos de votação: o simbólico, nominal e o escrutínio secreto. Só fazer uma correção ao Conselheiro Luiz Carlos, que é a seguinte: mesmo nos processos disciplinares, tal como prevê o nosso Regimento, não necessariamente a votação é secreta, a reunião é secreta. Há uma distinção muito clara – Não estou agora localizando o Conselheiro Luiz Carlos aqui, desculpe – Conselheiro Luiz Carlos, há uma distinção bastante clara de nosso Regimento que prevê a votação secreta e a reunião secreta. E naquela que V.Sa. mencionou como exemplo, e existe de fato, estamos a tratar os artigos 5º e 6º, a proposta de exclusão, a reunião é secreta, mas a votação não necessariamente é secreta, dependendo de um requerimento, não é verdade? Eu queria só fazer essa distinção e, respondendo...

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Exatamente, o senhor está corretíssimo e a proposta visa exatamente esse aperfeiçoamento, que não só a reunião seja secreta, mas a votação também, até porque teve vazamentos recentes e isso foi muito desagradável.

Presidente – Perfeito.

Pedro Paulo Wendel Gasparini – Sr. Presidente. ... Eu só gostaria de colaborar com a discussão, porque há uma coisa que está me incomodando, até queria ouvir do Conselheiro Manssur. Eu compreendo a data que foi lida, que pela excepcionalidade da Covid, a implementação desse voto em substituição ao senta e levanta, mas tem razão o Conselheiro Junqueira no meu modo de vista, que a nossa lei não prevê esse artifício. Veio uma deliberação não contestada, mas a rigor, doutor Manssur, ela é *contra legem* e não se convalidam atos *contra legem*, nem mesmo uma deliberação assemblear. O que se convalida em direito societário, nas votações de SA, são atos de mera gestão, que não são contrários ao estatuto, porque nós não podemos convalidar

uma prática que é contrária ao estatuto de uma SA, por exemplo. Não se convalidam as iniquidades. Então, é uma preocupação genuína, estou trazendo ao debate, Sr. Presidente. Eu concordo, entendo o que foi feito, acho que serviu para o momento, mas o que se está a discutir aqui, o que o Conselheiro Junqueira trouxe, é uma questão endo-estatutar, quer dizer, não pode sair da análise do Estatuto. Não há convalidação de ato contrário ao Estatuto ou ao Regimento Interno. É isso.

Presidente – Eu vou, mais uma vez, com toda a vênias discordar do entendimento, porque não vejo que haja uma antinomia, que haja uma regra em desconformidade aos nossos Regimentos. A votação simbólica está prevista, o uso do keypad é votação simbólica. Agora, esse é o meu entendimento com todas as vênias. E gostaria de responder ao Conselheiro efetivo Luís Eduardo Dutra Rodrigues. Há previsão, está no Artigo 69, que diz o seguinte, eu vou me permitir ler: “É permitido ao Conselheiro enviar à Mesa, até o final da reunião, declaração escrita de voto sem fazer uso de palavra”. Então, se o Conselheiro, ao votar através do keypad, ou seja, pela votação simbólica, desejar que o seu voto seja registrado poderá fazê-lo, tal como permite o Artigo 69. É permitido ao Conselheiro enviar à Mesa, até o final da reunião, declaração escrita de voto sem fazer uso da palavra. Então, ele poderá fazer essa declaração escrita do voto e o voto será registrado em ato. Claro que os aperfeiçoamentos, e aqui o Conselheiro Luiz Carlos traz inúmeros aperfeiçoamentos, que à luz do Plenário, se o Plenário assim entender, deve aprovar. Mas o nosso Regimento já tem essa permissão de que o Conselheiro, se quiser, possa declarar o voto. Enviar por escrito e será registrado em ata.

Luís Eduardo Dutra Rodrigues – A minha dúvida seria com relação à divulgação, a requerimento de um Conselheiro, por se tratar de um voto simbólico e que notoriamente se verifica, até pela filmagem que o Conselheiro tem o direito de ir ao Conselho e verificar, saber quem votou. Se eu fizer um requerimento, o senhor fala assim: Como é que votou a Casa? Posso ter essa informação? Porque se é simbólico e é aparente no momento em que se vota, por que não pode ser divulgado, portanto, quem foi que votou a favor ou contra?

Presidente – Se houver a declaração escrita de voto.

Luís Eduardo Dutra Rodrigues – Sem declaração. Uma coisa é a vontade do Conselheiro de declarar o voto, outra coisa é a vontade do Conselho de saber como votou o Conselho.

Presidente – Essa Presidência entende, mas com todas as vênias daqueles que entendem o contrário, que ao projetar nós tornaríamos o voto simbólico em nominal. Não é isso que os nossos Regimentos entendem. Mas de qualquer forma fica o registro.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho (pela ordem) – Desculpa, pela ordem. É que o senhor falou, só uma discordância. O voto nominal é diferente do que eu proponho, porque o voto nominal é um a um. O que eu proponho é que a votação seja feita e que depois seja divulgado em ato. O voto nominal tem a desvantagem de retardar muito – Nós já estamos à meia-noite e ainda tem muita coisa a ser apreciada – O voto nominal, só o procedimento de votação nominal demora meia hora, 40 minutos. Então, essa proposta não é voto nominal, é uma quarta proposta, que não se confunde com as três preexistentes. Muito obrigado.

Presidente – Perfeito.

Paulo Eduardo Blumer Paradedá – ... Faço minhas as palavras do Luiz, com exceção da questão do efeito *ex tunc*, e que eventual aprovação da matéria retroaja no tempo para que a gente tenha que ratificar aquilo que já foi votado. Uma vez votado, uma vez não impugnado, quatro, cinco anos é impossível se refazer tudo. Então, com relação a esse ponto sou desfavorável. Mas sou plenamente favorável ao voto da forma como o Luiz colocou. Acho que é um prosseguimento da modernidade que o Dr. Manssur implantou quando da pandemia e, posteriormente, no decorrer dos anos até hoje, que facilitou muito. Terminou o senta e levanta, que era uma coisa já ultrapassada e passamos a usar o instrumento eletrônico. A questão agora é darmos mais um passo adiante, para o bem do Esporte Clube Pinheiros, para que os sócios possam saber como os seus Conselheiros votaram, porque, como o Luiz bem disse, o sócio nos dá o mandato para que o exerçamos em seu nome e ele quer saber como votamos. Então, vou dar um exemplo simples. Quando a gente tem uma votação de PO e vem um valor acima da inflação, não estou criticando ou falando nada, um simples exemplo, o sócio vai saber quem foi aquele Conselheiro que votou por aumentar a mensalidade acima da inflação, quem foi aquele que votou para que ficasse um valor compatível. Esse é o pleito do corpo social, é o pleito número um. Depois a gente tem outros, mas esse é o número um. Esse é o que todo mundo quer. Todo mundo quer ver os nomes projetados na tela e quer ver os nomes descritos posteriormente na ata da Assembleia. Então, sim, é muito importante que tenhamos esse passo à frente, que os nossos aparelhinhos projetem nossos votos no painel, como já acontece nas casas legislativas Brasil afora e Brasília. E, portanto, meu voto fica encaminhado já favoravelmente. Obrigado.

Renan de Freitas Poli – ... Primeiramente, Sr. Presidente, queria pedir que nós fizéssemos a votação dos quesitos em separado, porque, embora sejam todos no bojo de uma mesma proposta, eles tratam de temas bastante distintos e acredito que outros Conselheiros aqui, assim como eu, não terão um alinhamento pleno ao que o ilustre Conselheiro apresentou, mas, ainda assim, possivelmente uma concordância parcial. Assunto mais extenuantemente falado aqui, a questão do voto eletrônico, acredito que é uma melhoria em termos de transparência. É, de fato, algo que os associados pedem bastante, eles querem conhecer como os Conselheiros votam e via regra sou a favor dessa transparência e encaminho o meu voto quanto a esse quesito nesse sentido da aprovação. Ainda assim, queria só fazer algumas observações e cuidados. A gente tem tido, assim, bastante hostilização. Não sei, confesso que tenho dúvidas do que vai acontecer com os Conselheiros após esse rito, porque a gente tem os instrumentos da Casa, tem a ética, tem a CPPJ, mas talvez elas sejam pressionadas por indisposição de associados com Conselheiros por conta de sua votação. Acho que isso faz parte de uma mudança de cultura, que a gente precisa pensar e trabalhar, mas ainda assim sou a favor da transparência e que seja aprovado esse quesito. Vejo aqui também que houve uma mudança no 74.a com relação a esse voto nas reuniões que vão tratar do tema disciplinar ser por escrutínio secreto. A gente não vai desmembrar isso aqui, então eu continuo a favor, mas tenho dúvidas se esse seria o melhor caminho, se a gente não estaria correndo um risco de, enfim, me fugindo a palavra aqui, mas, assim, essa redução de transparência entre os Pares aqui, se ela seria benéfica nesse momento, conforme o caso, porque ela não dá aqui mais a opção, porque hoje a gente teria a opção de fazer de um modo ou de outro. Não teremos mais, mas, tudo bem. Com relação aos outros itens, a questão de a Voz do Conselheiro ser antecipada, sou particularmente contra, porque naquele velho ditado...

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho (pela ordem) – Pela ordem. A gente pode discutir isso apartado para a votação do voto nominal, em vez de tratar dos três itens

conjuntamente? Até porque eu não fiz apresentação do voto da Voz do Conselheiro e nem do...

Presidente – Conselheiro Luiz Carlos, deixe-me fazer um esclarecimento para a V.Sa. e também ao Plenário, até porque e, novamente, o meu intuito aqui é de esclarecer o Plenário. O Regimento Interno do nosso Conselho esclarece, no seu Art. 76, parágrafo único, que a votação por partes deverá ser requerida por Conselheiro, Presidente e aprovada. O Conselheiro Renan, ao entender desta Presidência, fez esse requerimento. Mas existe também, nesse mesmo parágrafo, que em casos de alteração do Estatuto e de Regimento há hipótese em que a votação sempre será por artigos. Então, nós vamos fazer a votação por artigos, embora a discussão seja de forma englobada, Conselheiro Luiz Carlos. E a proposta de V.Sa. contempla não só o Art. 37, não é verdade, quanto que diz respeito à Voz do Conselheiro, quanto o Art. 70, que diz os procedimentos de votação e a questão das transmissões.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Eu acato então, Presidente, e me manifestarei depois em aparte, se me permitir.

Presidente – Exatamente. Essa é a sugestão que ia fazer a V.Sa.

Renan de Freitas Poli – Bom, então, com relação à Voz do Conselheiro já entendo que aquele velho ditado: “molho mais caro que a carne” acaba tendo uma prevalência aqui. A gente, até na justificativa aqui da proposição, o Conselheiro cita que é um dos papéis mais importantes a Voz do Conselheiro. Concordo que a Voz do Conselheiro tem a sua importância, mas não é mais importante do que a Ordem do Dia. A gente tem itens em pauta que são da urgência da Diretoria, que são de uma proposição encaminhada por dezenas de Conselheiros e aí a gente já tem o rito do Expediente, com comunicações, com votos de louvor, votos de pesar. Aí estava aqui hoje mais de 10h para aprovar o primeiro item material da Ordem do Dia. Imagina se a gente inverte isso, vai começar a discutir as maiores necessidades da Diretoria a que horas? Então, a gente está aqui há várias, este ano se tivemos uma talvez, a gente teve muito pouca Voz do Conselheiro, mas isso acho que é uma conversa com a Mesa: Oh, vamos dedicar um dia para ter uma pauta mais leve para que haja tempo e tal. Mas, assim, obrigatoriamente inverter e colocar a Voz do Conselheiro antes da Ordem do Dia sou desfavorável. Aí, com relação ao último item da proposição vou, assim, vou explanar aqui mais as minhas dúvidas do que a minha decisão. A gente está aqui para discutir. Quando a gente coloca essa gravação disponível publicamente para qualquer associado consultar, a gente está incorrendo num risco de hostilização do Conselho, de desvirtuamento de contexto, enfim, de uso indevido da imagem. E aí, assim, a gente pode remediar o risco? Pode. A gente pode tratar disso no âmbito disciplinar? Também pode. Mas o associado que deseja conhecer, ele pode assistir no dia e horário marcado para a reunião ou pode ler a ata também e vai ter compreensão do tema. E se a gente aprova aqui, como eu estou encaminhando favoravelmente, o voto eletrônico aos moldes propostos, ele também vai poder ler e conhecer como aquele Conselheiro que ele elegera vota. Mas, assim, dar o risco de que a imagem de um Conselheiro seja usada para estigmatizá-lo eu tenho certa dúvida. Não é um caso para mim, não tenho problema algum de exprimir minha opinião, não trabalho de forma populista, procuro ser transparente e acho que aqui a gente tem que ter maturidade, ser respeitoso e discutir ideias com serenidade. Mas tenho um pouco de receio que isso daí se insurja contra o próprio Conselho, criando desarmonia, é esse o meu ponto.

...

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho (aparte) – Conselheiro, então, alguns apartes. Em primeiro, o senhor acha que o voto aberto representa um amadurecimento e que esse amadurecimento tem que ser bilateral? Ou seja, tem que haver também um amadurecimento em relação às críticas de redes sociais em relação ao trabalho do Conselheiro? E esse amadurecimento, qual o primeiro passo pode ser dado por nós transformando o voto aberto? Esse é um ponto. Segundo, o senhor concorda com a supressão da Voz do Conselheiro, que esse ano nós não tivemos Voz do Conselheiro? Segundo aparte. Terceiro aparte. Só para confirmar, se o senhor leu, que a proposta de inversão continua limitada a 20 minutos. Então, seriam apenas 20 minutos trazidos para frente para evitar a supressão. E o quarto aparte, em relação às filmagens, tem um ditado que diz que “Nada é melhor do que a luz do sol.” A filmagem pode ser feita de forma clandestina, aqui, por qualquer um. Nossos celulares não foram confiscados. Qualquer um pode filmar, vai ser uma inflação, mas isso pode acontecer. Então, diante de uma situação dessas e diante de uma manipulação, como a Comissão Jurídica destacou no parecer, talvez a melhor maneira de prova e de defesa do Conselheiro é ter o vídeo oficial à disposição, acessível para falar para o associado, falar o seguinte: Olha, consulte a fonte oficial, veja o material sem edição e aí você vai saber exatamente o que pensei. São esses quatro apartes.

Renan de Freitas Poli – Então, não sei se vou conseguir lembrar a ordem certa, mas acho que vou lembrar todos os temas. Mas o primeiro deles já demonstra nos seus quatro ou cinco apartes que, assim, invariavelmente as nossas reuniões aqui são desvirtuadas por N motivos, em cada rito há um pequeno desvirtuamento e isso se estende. Então, li sim que seriam quarto Conselheiro, 20 minutos e no final ainda há um rescaldo. Só que o meu ponto é que esses 20 minutos, quando você tira 20 minutos líquidos, ele vai demorar 40, 50 minutos e olha lá, como acontece no final da reunião. Então, a gente realmente vai ter um problema aí de dinâmica dos trabalhos, esse é um ponto. O ponto inicial que você colocou foi exatamente a minha fala, é uma mudança de cultura que a gente vai ter que aprender a lidar. Mas estou disposto a encarar isso. Com relação à questão da gravação de celular, confesso que nunca vi nenhuma gravação clandestina.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Eu já vi.

Renan de Freitas Poli – Então, assim, ainda estou aqui refletindo sobre o meu ponto.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Só para esclarecer, uma questão de gravação clandestina e edição do YouTube já veio antes do senhor tomar posse.

Renan de Freitas Poli – Então, mais um exemplo, a gente invariavelmente acaba debatendo, enfim, acontece, isso é natural aqui do Conselho.

Ney Roberto Caminha David (aparte) – Então, Conselheiro Poli, muito importante essa sua colocação. Nós como Conselheiros temos que ter a total transparência. Sou particularmente favorável ao voto aberto, ao voto que você possa saber quem votou, de que forma votou, em qual matéria é muito importante isso para a gente ter transparência e os sócios que nos elegeram saibam a forma que a gente pensa, inclusive, em assuntos muito importantes da Diretoria. Agora, daí a você permitir que esse vídeo fique aberto e ele seja utilizado de uma forma que, fora de um contexto de uma discussão é realmente muito perigoso. Pode acontecer de ter uma manipulação desse vídeo e o Conselheiro ficar exposto de uma forma desnecessária. Quer dizer, saber como a gente vota já é bem importante. Você permitir que esse vídeo fique disponível para acesso de todo mundo eu acho que a gente tem que pensar, talvez

tenha que amadurecer, porque qualquer transformação, qualquer manipulação é muito fácil hoje e a gente pode ficar exposto, é essa sua colocação?

Renan de Freitas Poli – Sim, sim, exatamente essa. Eu ainda quero ouvir os demais Conselheiros aqui. Esse ponto de disponibilização de gravação de vídeo não estou encaminhando meu voto nesse momento, diferentemente dos outros dois pontos.

Ney Roberto Caminha David – Perfeito.

Célio Cássio dos Santos (aparte) – ... Primeira coisa, rapidamente, dentro dos dois minutos do aparte. Sr. Presidente, primeiro gostaria de dizer que concordo com V. Exa., evidente que não há nulidade nenhuma nas votações que houve. E ainda que alguém houvesse se resignado teria que ter feito ao tempo e hora corretos, então, isso evidentemente não cabe. Da mesma forma, acho que o voto tal como está sendo proposto se confunde com o voto nominal. Essa proposta é uma coisa, em minha opinião é uma forma de driblar voto nominal de forma eletrônica. Nada mais que isso. Os votos vão continuar aparecendo nominal. Mas, indo diretamente para o aparte, queria saber a sua opinião e não apenas a sua, como dos demais Conselheiros que virão e também endereçado ao próprio Presidente do Conselho. Como todos sabemos, o Estatuto Social está acima dos Regimentos e os Regimentos estão no mesmo lugar. Essa proposta e o Conselheiro Junqueira salientou que os votos de forma secreta, fechada, as votações fechadas serão apenas e tão somente quando envolver procedimentos disciplinares, CPPJ, esse negócio todo, me parece que há um problema aí, uma nulidade, Sr. Presidente, porque é o seguinte: Expressamente no Regimento Interno das Eleições diz que o voto para todas as votações, para Presidente, para Comissões e tudo mais, obrigatoriamente será secreto. Portanto, em minha opinião, no meu sentido, nós sequer podemos votar essa proposta hoje, à medida que se nós aprovarmos tal como está escrita, claramente escrito, que os votos secretos serão apenas e tão somente para questões disciplinares, nós imediatamente teremos um conflito entre normas de mesma estatura legal. Então, gostaria de deixar para análise isso, não sei se seria melhor tirar de pauta, porque me parece que é um problema que deve ser enfrentado. Muito obrigado aí, queria saber a sua opinião.

Renan de Freitas Poli – Eu me atentei a esse ponto, sim.

José Manssur (aparte) - Me permita só um complemento às lúcidas observações? ... Quando, com relação a esse último ponto que ele colocou – Nos demais vou me pronunciar na tribuna – A partir do momento em que se estabeleceu, é um aparte, que a votação secreta seria para os casos disciplinares, como o ilustre Conselheiro Junqueira colocou, e a partir do momento que está estabelecido, que nos Regimentos das Eleições no Conselho, as votações para Presidentes e Comissões serão obrigatoriamente secretas, este item específico só poderia vir, Sr. Presidente, à discussão se ele abrangesse ambos os dispositivos. Porque da forma como colocado, existe, o Dr. Célio se posicionou, uma antinomia de normas, porque nós temos uma norma anterior prevendo o contrário desta que está em discussão. Se esta que está em discussão não abarcou, não abrangeu aquela anterior, ela padece, com a devida vênia, de vício de origem. Só isso que eu coloquei.

Renan de Freitas Poli – Então, eu me atentei sim sobre esse ponto, Conselheiro Efetivo Célio, não fiz uma análise ampla do nosso ordenamento regimental, mas a redação que o Conselheiro Junqueira está se propondo a alterar é o Art. 74 do Regimento Interno, que assim diz: Salvo deliberação contrária, o voto será simbólico sempre que o Conselho decidir sobre penas disciplinares ou concessão de títulos

honoríficos. Então, esse dispositivo coloca essa restrição sem abordar a questão eleitoral. Por isso, acho que vale a pena, aqui a gente tem os instrumentos para fazer novas consultas nesse íterim das discussões. Mas me pareceu que não haveria uma antinomia no sentido que esse dispositivo já é existente e a forma como está sendo alterado não está se incompatibilizando com o dispositivo eleitoral. Mas também foi uma reflexão que fiz e a gente pode se aprofundar nela.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – O meu esclarecimento ia ser exatamente no sentido do Conselheiro Poli, que não existe contrariedade, até porque os Regimentos tratam de matérias completamente diferentes. Existe o Regimento Interno do Conselho, que são essas nossas votações aqui e existe o Regimento das votações dos órgãos internos do Conselho, que são a votação da Mesa, a votação das Comissões Permanentes e a votação do Presidente da Diretoria. Isso é tão específico que existe uma norma inteira, um Regimento inteiro à parte. Então, as matérias são diferentes e não existe nenhum tipo de conflito. Muito obrigado.

José Roberto Carneiro Novaes Junior (aparte) – É com relação à Voz do Conselheiro. Não entendi porque você está não aceitando, propondo não aceitar a mudança para antes da Ordem do Dia.

Renan de Freitas Poli – Porque entendo que se nós fizermos essa alteração vamos prejudicar os trabalhos dos demais itens em pauta: as proposições da Diretoria, dos Conselheiros. Então, assim, a Voz do Conselheiro tem o intuito de trazer o anseio do associado e dar um prazo para que a Diretoria obrigatoriamente responda. Mas não quer dizer que a Diretoria é silente, que o Conselheiro não possa oficializar a Mesa pedindo esclarecimentos. Então, ele tem outros instrumentos para dialogar com a Diretoria sobre o anseio do associado. E também tem esse momento que a obriga a responder. Agora, se nós trazemos o anseio do associado como prioritário na pauta, vamos dizer assim, no horário nobre, que está todo mundo aqui, na hora que a gente estiver discutindo o segundo ou o terceiro item tem que pedir, como deve ser feito agora, autorização do Plenário para continuar os trabalhos. Então, acho que não é bom para a organização dos trabalhos essa inversão.

José Roberto Carneiro Novaes Junior – Quando foi criado esse item, por unanimidade do Conselho, o seguinte, são 20 minutos, não tem direito a aparte, são 20 minutos, quatro Conselheiros, 10 reuniões por ano, são 40 Conselheiros que vêm trazer anseios para quem a gente tem que trazer. Então, acho que isso não vai ferir, 20 minutos não vai mudar nada. E a proposta do Junqueira foi muito boa, de continuar depois, só que em Várias não adianta porque Várias não é um item que será estudado. Então, essa é a minha opinião, que deva continuar atendendo o que o Junqueira propôs.

Renan de Freitas Poli – Então, o que acontece, Conselheiro, até a tua fala aqui é exemplo, nós temos um Presidente aqui da Casa que é uma pessoa extremamente polida. Ele privilegia o diálogo e o respeito, obviamente. Mas com isso ele permite que os Conselheiros, por vezes flexibilizem o ordenamento. Se a gente for ler o Regimento Interno do Conselho aqui, ele diz que o aparte é dedicado exclusivamente a perguntas e não ao debate. À medida que o senhor me fez uma pergunta, lhe respondi e o senhor meramente expressou a sua opinião, que tenho certeza que todos que estão interessados aqui foram muito gratos por essa contribuição, e o Presidente assim permitiu, a gente está desviando dessa regra. Então, lhe digo com muita convicção, que os 20 minutos não serão 20 minutos, porque eles nunca o são, porque vai vir um pela ordem, esse pela ordem, emenda com outro pela ordem, vem um esclarecimento, aí o Conselheiro quer replicar, fazer a réplica e muitas vezes isso será

permitido. Então, o tempo líquido de 20 minutos não será cumprido. Nem o nosso Expediente a gente consegue cumprir de meia hora.

José Roberto Carneiro Novaes Junior – Na Voz do Conselheiro não é permitido aparte.

Presidente – Conselheiro Novaes, não há debate.

José Roberto Carneiro Novaes Junior – Na Voz do Conselheiro não é permitido aparte.

Presidente – Não há aparte.

José Roberto Carneiro Novaes Junior – Então não tem diálogo. São quatro minutos e acabou.

Presidente – Conselheiro Renan, V.Sa. concluiu?

Renan de Freitas Poli – Concluí.

Presidente – Muito obrigado, ... preciso pedir autorização do Plenário para prorrogarmos a reunião por mais 40 minutos. Podemos prorrogar? (Pausa) Meia hora, vamos lá? Podemos meia hora? (Pausa) Obrigado.

José Roberto Opice Blum – ... Ouvi aqui atentamente se falar em antiguidade, se falar em construção X, Y, Z e agora ousou vir conversar com os senhores a respeito de algo que se chama modernidade vigente. Essa modernidade vigente ocorreu mais ou menos há 30 anos, um pouco menos, quando o sistema de comunicação passou a sofrer substancial transformação no sentido de que a informação que recebemos passou a ser imediata. Isto já transformou a sociedade. Acabou-se com aquele freio inibitório de pensar uma, duas, três vezes e ao invés de responder de imediato pela transformação da informação e isto significa dizer, saímos de uma geração, que é a minha, para uma nova geração com outros conceitos, com outros julgamentos, com outras apreciações. Esta é uma situação – E vou procurar ser o mais sucinto possível, porque realmente já estamos com o horário avançado – Essa transformação sujeita a todos, aos mais velhos que terão inúmeras dificuldades, aos mais novos que se adaptam com maior facilidade e aos nossos netos que praticamente ao nascerem já começam a manusear este pequeno instrumento. Em sendo assim, a realidade vigente, transformações ocorreram, interpretações fluíram, conceitos foram modificados, ou seja, a geração atual pensa e age de forma diferente. Se isso é bom ou ruim só o tempo vai dizer. Entretanto, vamos voltar ao tema da conversa aqui, a aprovação de atos de uma sociedade civil como o nosso amado Clube Pinheiros não se trata de mero rito formal, mas sim de um ato de relevância jurídica que produz consequências definitivas. Se isto é assim, as observações feitas anteriormente aqui são resolvidas com o velho brocardo jurídico, usos e costumes. Muitas vezes nós imaginamos que a legislação é só escrita, ela é oral também. Daí, usos e costumes, isso é mais antigo do que o ano e muito mais antigo que alguns dos senhores, mas é um preceito jurídico. Então, ele sana qualquer formalidade rígida de observância a uma norma administrativa *interna corporis*. Colocada dessa forma nós estamos numa Assembleia que tem competência para analisar o voto eletrônico. Plena competência para fazê-lo. E de que forma isto vai se concretizar? Tendo presente sempre que a união no clube associativo como o Pinheiros, como o Paulistano, como o meu amado São Paulo Futebol Clube e assim cada um com o seu clube de preferência, no âmbito

futebol, sofreu exatamente essa transformação. Inicialmente consagrava-se que o voto secreto era a arma fundamental para que a garantia do pensar de alguém seria possível ser mantida em sigilo. Hoje o voto eletrônico é perfeitamente possível ser aceito por quem tem competência para analisá-lo, como é o caso do Conselho. Então é perfeitamente possível se aperfeiçoar o voto eletrônico. E o que é o voto eletrônico? Não é só usar essa maquininha aqui, o voto eletrônico é aquele que agiliza os trabalhos, acelera, como eu disse anteriormente, manda informação de imediato, não precisa esperar a apuração de votos, abrir urna, contar voto por voto e uma semana depois você tem um resultado. Você tem na hora, obtém na hora. Mas o proceder do voto eletrônico ou assemelhados é que apresenta o aparecimento dos problemas, as consequências desse proceder. Se isto é uma coisa real, efetiva, qual é o antídoto para dizer eu voto, fica descoberto, vou cair na boca do povo, vai fazer isso, vai fazer aquilo. Essa é a grande discordância no meio jurídico. Existe um antídoto. Ele não é perfeito, mas é o que existe. E o que é que existe? Vocês já ouviram falar, estão acostumados com isso, é a famosa lei geral de proteção de dados. Quando presidi a CPPJ, essa lei de proteção de dados foi aplicada com muita intensidade, até porque o desconhecimento dela e a extensão que ela apresentava era tudo novidade. A dificuldade estava em esclarecer os pontos. Mas vamos ver dentro da lei geral de proteção de dados, a LGPD, o que é que ela diz? Então, vamos ao caput do Art. 6º dessa legislação. As atividades e, por favor, prestem atenção nisso, as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios. Então, primeiro, precisa-se agir de boa-fé. Ao agir de boa-fé não se vai querer crucificar quem quer que seja. A boa-fé é inerente à honestidade e, acima de tudo, é inerente ao seu caráter. Boa-fé resolve muitas das consequências aqui. Mas é o suficiente? Não. O que precisa? A lei precisa ter uma finalidade. E essa finalidade significa uma realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos, informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades. Então, aqui, a finalidade da legislação vem expressa. Se você praticar de forma contrária, outras coisas poderão acontecer. E aí, *a latere*, vamos ter o quê? Procedimentos cíveis, indenizatórios, criminais etc., etc., fora do âmbito formal do que estamos conversando.

Presidente – Conselheiro Opice, o tempo regimental se esgotou, eu posso conceder mais dois minutos a V.Sa.

- Manifestação de Conselheiros no plenário: Não.

José Roberto Opice Blum – Bom, aí depende do Plenário, se eles concordarem.

Presidente – Não, não, a concessão é dada pela Presidência. Dois minutos a mais, por favor.

José Roberto Opice Blum – Tudo bem, então eu vou ser mais breve ainda. ... A lei geral de proteção de dados não exige só a finalidade, exige a adequação, exige a necessidade, exige livre acesso, qualidade dos dados, transparência, citada aqui anteriormente. Segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas. Esta é a legislação que norteia um regulamento, uma regulamentação de proceder quando se tem um voto aberto plenamente publicizado e, acima de tudo, dentro de uma sociedade civil, como a nossa, em que todos querem saber exatamente quem votou em quem. E aí é que isto se aplica no caso. Sr. Presidente, se eu continuar mais um pouco vou sair daqui às 2h da manhã, então, vou parar por aqui, por enquanto. Muito obrigado.

Andreas de Souza Fein – ... Eu vou começar ao contrário, eu vou começar pela Voz do Conselheiro. A proposição do Conselheiro Junqueira é interessante e no passado realmente a Ordem do Dia começava com a Voz do Conselheiro. Há um problema naquele procedimento e no procedimento que ele está propondo, que é o seguinte: Está se privilegiando a ordem cronológica de chegada. Naquele momento eu tinha uma determinada aula aqui no Clube que terminava 5h30, por aí, 6h. Então eu conseguia me inscrever todas as vezes que eu quisesse. Muitos colegas não tinham essa possibilidade na agenda, então, nunca consegui me inscrever. Eu acho que o modelo que nós estamos fazendo hoje de um sorteio, ele mitiga esse problema. As pessoas vêm, se inscrevem, acho que o número de quatro está suficiente. Então, minha primeira discordância com a proposição dele de voltarmos ao modelo cronológico. O segundo ponto é o seguinte, eu também não concordo com a posição dele de fazermos uma Voz do Conselheiro em duas etapas. Isso de certa maneira já existe hoje, que é em Várias. Eu já me pronunciei diversas vezes aqui em Várias e a Diretoria retornou. Às vezes cabia uma resposta da Diretoria, às vezes não cabia, mas todas as vezes que em Várias me pronunciei com uma matéria que teria sido atinente à Voz do Conselheiro eu recebi um retorno da Diretoria. Adicionalmente, hoje nós temos o Fala Pinheiros. Não é perfeito, mas é um instrumento que a Diretoria usa para fazer o seu levantamento estatístico e tomar suas providências e esse instrumento é que tem que ser privilegiado. Eu concordo com o Conselheiro Poli que há diversas maneiras de nós representarmos o associado e do associado acompanhar o nosso trabalho. Nós temos a Voz do Conselheiro, nós temos Várias, nós temos Fala Pinheiros, nós temos ofícios para a Mesa do Conselho que vão para a Diretoria, enfim, temos ir conversar com os Diretores e Presidentes que costumam também ter certa eficiência. Então, não vejo muito ganho na proposição, com o máximo respeito à intenção do Conselheiro Junqueira, eu tenho certeza que ele tem a melhor das intenções, mas eu não vejo um ganho, então eu encaminho meu voto contrário à proposição relativa às alterações da Voz do Conselheiro. Segundo ponto é sobre a disponibilidade das votações dos trabalhos da Casa *ad eternum* para qualquer associado. Em princípio me parece uma proposição interessante, porque o associado pode acompanhar, porém, se nós formos verificar os, vamos dizer, as recomendações dos que estudam Governança, por exemplo, do IBGC, todos eles dizem que o documento que se deve considerar para acompanhar a Governança é a ata, porque a ata contém tudo o que é importante que foi discutido, foi apreciado e contém o resultado integral da votação e dos trabalhos da Casa. Qualquer associado, qualquer terráqueo que queira acompanhar o que o Conselho faz, como os Conselheiros se comportam, basta entrar no site. Nós temos lá até 1980, tem um monte, inclusive uma consulta riquíssima. Então, eu também encaminho o meu voto contrário, amparado também pelas considerações do Dr. Opice Blum, para nós não termos que entrar na LGPD etc., nós já temos tudo isso à disposição dos associados. Terceiro ponto, sobre o voto aberto, mais polêmico aqui. Eu entendo que saber como determinado Conselheiro votou diz muito pouco sobre o trabalho deste Conselheiro. Nós temos aqui inúmeros Conselheiros que trabalham intensamente em Comissões, assessorias, grupos de trabalho etc., que não se manifestam, não falam nada, estão lá fazendo o seu trabalho silencioso. Um Conselheiro vem aqui, se manifesta na tribuna, está registrado na ata, o associado pode saber exatamente qual é o trabalho dele. O associado também pode vir aqui acompanhar os trabalhos da Comissão, pode ver pela televisão, pode acompanhar tudo. Não é um voto que o determinado Conselheiro fez que vai dizer se ele é ativo, se ele não é. Então, por exemplo, o que adianta a gente saber, vou dar um exemplo aqui, com o máximo respeito, que eu espero que não se ofenda, que se o Conselheiro Latorre votasse contra a proposição da Diretoria porque ele tem uma emenda modificativa e logicamente ele estaria trabalhando pela emenda dele, isso quer dizer exatamente o quê? Vai dizer que ele votou contra porque ele

quer mal da Diretoria, o associado. Então nós temos que respeitar os votos e as opiniões de cada um aqui dos Conselheiros. O que eu vejo, fala-se que é um anseio dos associados. Com o máximo respeito, essa expressão, isto é um anseio dos associados. Eu não sei como foi mensurado isso, porque muito se fala que isto o associado quer, o associado exige. Aonde? Eu não vejo o Fala Pinheiros ter muita exigência a esse respeito. O que eu vejo, isso sim, um desejo de vários dos Conselheiros saberem o que o outro está votando, o que ele fez, com o objetivo, vão me perdoar a expressão, não apenas de patrulhar, mas também de achar o Conselheiro: Por que você votou assim? Por que você votou assado? Nós temos aqui um Plenário democrático ou não? Nós todos aqui representamos associados, mas nem sempre aquilo que os associados que eu represento é o desejo dos associados que outro Conselheiro representa. Então, o que é esse anseio?

Célio Cássio dos Santos (aparte) – Queria saber a sua opinião. Uma das justificativas, aliás, a proposta há de se dizer, tem todo o mérito de trazer esse assunto à discussão e, assim, como respeito a sua opinião, tenho certeza que nós também todos respeitamos, quem é a favor do voto, enfim, queria saber o seguinte, uma das justificativas, usou-se a palavra independência do Conselheiro...

- **Queda de energia.**

Célio Cássio dos Santos (aparte) – Dr. Andreas, rapidamente. A questão da independência do Conselheiro, eu queria saber a sua opinião no seguinte sentido: O que vejo, tirando como exemplo a política de fora, toda e qualquer proposta no Congresso Nacional sempre há um bloco que vota a favor e um bloco que vota contrário. Sempre. Ou seja, é impossível estatisticamente que toda e qualquer proposta seja absolutamente ruim para um lado e boa para o outro. Caso aqui neste Conselho nós decidamos que doravante todas as votações serão abertas, o meu medo, e aí que a pergunta à sua opinião, é que qualquer Diretoria de ocasião que eventualmente tenha ampla maioria, até pelo nosso sistema que pode baixar os Diretores, o que o senhor acha que vai acontecer se uma proposta de suma importância for trazida ao Plenário, a Diretoria percebe que tem que aprovar aquela coisa. Se a Diretoria baixar, baixar toda a Diretoria, até porque se ela foi eleita teoricamente tem maioria, como é que esse Conselheiro vai votar? Ainda que ele discordasse daquele projeto, ainda que no íntimo dele, ele quisesse votar contra, todos nós sabemos, não podemos ter ingenuidade de saber que esse Conselheiro será perseguido, será destruído e ele vai se sentir desencorajado a votar da forma que ele queria. Ou seja, na minha modesta opinião, com todo o respeito, espero que respeitem também, essa proposta vai acarretar exatamente o contrário, o que vai ocorrer são votações e aprovações em bloco daquele grupo político de ocasião que tiver a maioria. Queria saber se o senhor concorda ou discorda.

Andreas de Souza Fein – Bom, Conselheiro Cássio, eu não poderia concordar mais com o senhor e eu vou além, nós todos aqui frequentamos diversos grupos de WhatsApp, alguns mais ativos, outros menos ativos etc., e é comum nesses grupos, é o que estão dizendo nos grupos, não é meu vernáculo, o pessoal fala assim: A cacicada decidiu, o que a cacicada falou é isso, a cacicada não deixa, cacicada isso, aquilo. Bom, se eu fosse membro da cacicada eu estaria apoiando entusiasticamente este voto nominal, porque eu saberia exatamente quem estaria cumprindo aquilo que se comprometeu a fazer para mim, para que eu desse aquele cargo, (Eu acho que a moeda do Clube é vaidade, principalmente, não estou querendo fazer ilação nenhuma de vantagens indevidas) então a cacicada ia adorar isso daqui, porque ia ser muito fácil controlar o voto de todo mundo e de quem quer que seja, seria uma coisa ótima,

fantástica. E aqui eu discordo da interpretação que foi apresentada. Ora, se o keypad deixa de ser simbólico e passa a ser secreto, por que ele não deixa de ser simbólico e passa a ser nominal? É a mesma coisa. E é um risco para, continuando a resposta, Conselheiro Cássio, para a independência do Conselheiro. Nós tivemos aqui dois casos que aconteceram. Um, houve um vazamento numa determinada votação aqui, que foi publicado, o senhor se lembra. Foi tirada a fotografia quem votou a favor da expulsão de determinado ex-associado, quem votou contra e no minuto seguinte estava na rede social, com achaque, com patrulhamento, com ofensa pessoal e tudo mais. Isto aqui é caminho certo para nós incentivarmos a cizânia, a desconfiança, a inimizade e etc., etc., etc. Então, Sr. Presidente, eu acho que existe adicionalmente um erro, um equívoco, não quero ofender ninguém, formal aqui, em que pese os esclarecimentos que foram feitos aqui, enfim, os esclarecimentos, é o seguinte: Lá no nosso ordenamento, eu sei que existe um ordenamento específico para as eleições, mas aqui está falando que votação secreta é só para disciplinar. E nós temos também uma série de votações que não são disciplinares e que são secretas. O senhor fez aquele aviso de que o Conselho não autoriza divulgação? Olha, porque estou desconfiado que tem gente fazendo gravação aqui, talvez para me achacar depois. Já vou antecipando que não tem problema nenhum, não vai me achacar nada. Essa é minha opinião. Eu acho, Sr. Presidente, nós temos uma série de problemas nessa questão do voto. O voto, quando o Conselheiro – Estou concluindo, Sr. Presidente – quando o Conselheiro tem independência, ele vota muito melhor. E é isso que nós temos hoje. Eu vou finalizar por dois aspectos. Outro ponto foi que nós já tivemos um caso aqui de um determinado Conselheiro que era Membro da Diretoria, um assessor da Diretoria veio aqui, fez um pronunciamento contra a Diretoria e no dia seguinte foi exonerado do cargo dele. Eu só vou fazer um comentário, eu me refiro ao ex-Presidente Tancredo Neves, que ele dizia o seguinte: Quando nós estamos ali com certo sigilo e descrição para exercer o nosso voto nós estamos sozinhos com a nossa ciência e com a nossa consciência, dá uma vontade quase que incontrolável de votar conforme a nossa consciência. E é isso que nós precisamos aqui. Agora, como existe esse problema que eu considero grave da questão do voto sigiloso ou não, eu proponho, Sr. Presidente, que esta matéria seja retirada de pauta e volte numa próxima ocasião, é meia-noite e meia, nós ainda vamos votar um voto por vez, o Dr. Manssur, eu faço questão de ouvir o pronunciamento do Dr. Manssur, então, fica a minha proposição de retirada de pauta.

José Marlon Salvador Barroso (questão de ordem) – Muito obrigado, não é aparte, é questão de ordem, só de encaminhamento. Considerando que estabelecemos o tempo regulamentar, se não é melhor pensarmos numa outra...

- Queda de energia.

Presidente – Há um pedido de retirada de pauta, consulto o Plenário se concorda com esse pedido de retirada de pauta.

- Manifestação de Conselheiros no plenário: Não. Sim.

Presidente – Os senhores, mais do que eu, são sabedores de que essa Presidência encerrará o seu mandato em maio próximo e essa é a última reunião extraordinária desta gestão. Eu tinha um compromisso moral, não só como Presidente, mas como associado do Esporte Clube Pinheiros, de trazer esse assunto que reputo da maior importância ao Plenário. Infelizmente, ocorreu tivemos a queda de energia e somente agora foi possível trazer essa decisão. Novamente, gostaria de pedir ao Plenário que pudessemos apreciar essa matéria nesta noite.

- Manifestação de Conselheiros no plenário: Não.

Luiz Eduardo do Amaral Cardia – Sr. Presidente, apenas a guisa de colaboração. Como há o pedido do Conselheiro para retirada de pauta, caso V.Sa. coloque em votação e, aliás, meu entendimento é que tem que colocar, e seja aprovado pelo Plenário, a minha sugestão, e o senhor tem todo o direito e acho que é absolutamente legítimo e compreensível que o senhor queira encerrar a sua exitosa gestão colocando esse assunto que foi o compromisso que o senhor teve com a Casa, se eventualmente isso ocorrer, no caso de retirada de pauta, minha sugestão seria que, se possível, V.Sa. agendasse uma nova reunião extraordinária do Conselho, que é regimental, para que ainda na sua gestão esse Plenário possa, apenas no caso de retirada de pauta, possa reapreciar essa matéria oportunamente.

Eduardo de Azevedo Marques Strang – Tem opção de já colocar em votação agora, imediatamente.

Presidente – Aqueles que forem favoráveis ao pedido de retirada de pauta, permaneçam como estão; aqueles que foram contrários queiram se levantar. (Pausa) Vou reformular o encaminhamento.

- Manifestação de Conselheiro no plenário: Não dá para ouvir.

Presidente – Vou me levantar. Aqueles Conselheiros que forem favoráveis ao pedido de retirada de pauta, permaneçam como estão; aqueles que forem contrários queiram se levantar.

Álvaro Rafael Mendes Latorre – Somente uma dúvida: Retirando de pauta terá uma nova chamada extra?

José Manssur – Engenheiro Latorre, eventual retirada de pauta é obrigatório voltar na 1ª Reunião como primeiro item da Ordem do Dia. É lei. Retirada de pauta é obrigatório a voltar, porque a matéria já foi discutida e só estava em fase de votação.

Presidente – Hoje não há condições... Sequer teremos projeção, devido à falta de luz.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:

Presidente – Deu por encerrados os trabalhos aos 41 minutos do dia 31/03/2026.

Obs: Esta Ata foi aprovada na 781ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, realizada no dia 27 de abril de 2026, com a alteração já dela constante.

GUILHERME DOMINGUES DE CASTRO REIS
Presidente do Conselho Deliberativo

ALESSANDRA PINHEIRO FACHADA BONILHA
Primeira Secretária do Conselho Deliberativo